

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

“Javé é único (’ehad) em Dt 6,4-9”

por

Joerley Orlando de Oliveira Cruz

Orientador: Prof. Dr. Milton Schwantes

Dissertação apresentada em cumprimento às exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo para obtenção do grau de Mestre.

São Bernardo do Campo, Janeiro de 2011

A dissertação de mestrado sob o título *Javé é único ('ehad) em Dt 6,4-9*, elaborada por Joerley Orlando de Oliveira Cruz foi apresentada e aprovada em Janeiro de 2011, perante banca composta por Prof. Dr. Milton Schwantes (Presidente/UMESP), Prof. Dr. Tércio Machado Siqueira (Titular/UMESP), Prof. Dr. Landon Jones (Suplente/FTBSP), Prof. Dr. Renatus Porath (Suplente/EDT)

Prof. Dr. Milton Schwantes
Orientador e Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Jung Mo Sung
Coordenador do Programa de Pós-Graduação

Programa: Ciências da Religião

Área de Concentração: Literatura e Religião no Mundo Bíblico

Linha de Pesquisa: Estudos Históricos Literários do Mundo Bíblico

CRUZ, Joerley Orlando de Oliveira. *Javé é único ('ehad) em Dt 6,4-9*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo (Dissertação de Mestrado), 2011.

SINOPSE

A partir da análise exegética de Deuteronômio 6,4-9, esta pesquisa aborda o significado da unicidade de Deus, sua relação com a Lei, em defesa do Único Deus representado por elas. Em princípio, pensamos em Deuteronômio 6,4-9 por ser um texto localizado em um dos livros mais importantes na formação do povo de Israel. A importância se faz em meio à constituição legal que rege a vida do povo, como também no sentimento que o povo nutre durante sua história posterior. Nossa investigação nos conduzirá ao Deus Único que hoje ainda sustentamos, com a percepção de sua presença, e em sua relevância. Nossa conclusão buscará compreender que o Deus Javé de Deuteronômio 6,4-9 ainda se faz presente e atuante, com sua participação efetiva que se move e caminha em meio ao seu povo, da mesma forma como chamou a atenção de Israel por meio da voz que convida a ouvir.

Palavras-Chave: Livro de Deuteronômio; Exegese; Antigo Testamento; Lei; Monoteísmo; Novo Testamento; Trindade.

CRUZ, Joerley Orlando de Oliveira. *Javé is one ('ehad) in Dt 6,4-9*. São Bernardo do Campo: Methodist University of São Paulo (Master's Program Dissertation), 2011.

ABSTRACT

As from of exegetical analysis of Deuteronomy 6,4-9, this work approach the meaning of unicity of God, your respect with the law, and the mutual relation between the Trinity's Persons in defence of one God represented by Persons. In beginning we think in Deuteronomy 6,4-9 about text located in one of books more importants in formation of Israel's nation. The importance happen with legal constitution that manage nation's life, and the feeling that nation sustain during her history. Our investigation conduct us to one God that today we sustains yet, with perception of presence and prominence of three Trinity Persons. Our conclusion will find comprise that God Javé of Deuteronomy 6,4-9 be present and proceed, with involvement active how Father, Son through Jesus, and Holy Spirit, that move and talk together with nation, similar called attention of Israel with the voice that invite to listen.

Key-Words: Book of Deuteronomy; Exegesis; Old Testament; Law; Monotheism; New Testament; Trinity .

SUMÁRIO

Introdução_____	6
Capítulo 1 – Introdução ao Livro de Deuteronômio_____	8
1 – A Lei no Deuteronômio_____	14
2 – O Nome de Deus_____	16
3 – Monoteísmo e Monolatria_____	21
Capítulo 2 – Tradução Literal de Deuteronômio 6,4-9_____	36
1 – “Ouve” de uma vez por todas_____	37
2 – Ouve Israel_____	39
3 – Nosso Deus é 'ehad “um”_____	43
Capítulo 3 – Quem é Javé_____	48
1 – Um Deus <i>'ehad</i> a ser encontrado no Pai, no Filho, no Espírito____	48
2 – Javé é um Deus <i>'ehad</i> como Pai – único Pai_____	57
3 – Javé é um Deus <i>'ehad</i> como Filho – único Filho gerado_____	60
4 – Javé é um Deus <i>'ehad</i> como Espírito – único Espírito_____	65
Conclusão_____	72
Bibliografia_____	75

INTRODUÇÃO

A proposta desta dissertação é ser um dos muitos apontamentos possíveis na observação de quem é Deus, por meio de um texto como o Deuteronômio 6,4-9, enfatizando a afirmação de que Ele é “Um”. Evidentemente que muito ainda pode ser estudado e pesquisado, a partir da análise exegética do texto, caminhando em seguida pelas conclusões bíblicas e teológicas.

Nossa intenção é iniciar pelo livro que teremos como base: Deuteronômio, buscando indicações resumidas no funcionamento da Lei dentro do mesmo livro. Como nosso assunto é o Deus Javé, o nome de Deus tornar-se-á objeto de nosso estudo. Uma vez que Javé passa a ser conhecido pelo nome que o autor indica. Fica registrado que a importância dada aos inúmeros deuses existentes não será nossa meta. A intenção não é caminhar em várias direções a respeito da existência desses deuses, mas centralizarmos o máximo possível em Javé.

A exegese é o nosso ponto central, digamos que é o meio da nossa análise. Nossa concentração está no termo *'ehad* - “um” que tanto nos é importante. O texto de Deuteronômio centraliza a divindade em Javé, demonstrando a constância na fidelidade para com Javé. O texto indica que não somente é uma questão de conscientizar-se de que Ele é único, mas investir tempo com os filhos – a família em geral, intensificando tal convicção diante das ações cotidianas – andar e levantar.

A centralidade do texto em Javé é uma ação de contrapartida às atenções para com outros deuses. No decorrer da exegese foge-se de outros deuses, declarando que Javé é “um”. Isso acontece até o momento em que nossa busca particular se dá na compreensão de que Ele é, verdadeiramente, Triúno. O ponto é que sua triunidade não anula sua unicidade. O Deus único é conhecido como *'ehad* que se torna já no Pai, bem como no Filho, e não menos no Espírito. Um olhar neutro e desinteressado observa que a análise de nosso texto aponta para “um” Deus, fugindo dos diversos e demais deuses, mas que conclui levantando a existência de três Pessoas divinas. No entanto, é claro, que nossa intenção é apresentar a distinção entre as três Pessoas divinas. Em conclusão

deste pensamento, a ênfase se dá no fato de que o Pai é único, o Filho é único, e o Espírito é único.

Nossa indicação é a sustentação monoteísta. O papel de cada Pessoa divina da Trindade preserva a natureza que há no *'ehad* em Deuteronômio 6. É compreensível que no campo da ciência, ainda muito se deseja constatar, mas nos cabe e nos conforta uma exposição que carrega a fé como ponto de equilíbrio. Será visto que é o texto bíblico em si que nos fornecerá nossa compreensão. Por muitas vezes emprestaremos textos bíblicos tanto do Antigo Testamento quanto do Novo Testamento, onde haverá de nossa parte uma tentativa de inter-relacionar os textos em suas diferentes localidades, mas que para nós se complementam.

Ainda na questão exegética, a nossa percepção da presença da família como resposta ao “ouvir” proposto pelo autor, segue em direção ao momento em que percebemos a comunhão familiar como forma de condição para ouvir a palavra de Javé, seguindo seus ensinamentos e tornando-os práticos no decorrer da vida familiar. Assim enxergamos a comunhão trinitária em se revelar ao homem, compartilhando sua natureza divina de tal forma, que o homem possa ao menos em parte, descobrir quem é Deus e por onde Ele caminha.

O caminho de nosso estudo vai até o momento em que o Deus conhecido não se divide, e preserva sua natureza unificada nas três Pessoas, ensinando o homem a perfeita habilidade em viver em comunhão. O ponto de grande valia em nosso trabalho é a nossa compreensão da divina comunhão da Trindade, que nos inspira a vivermos na mesma dimensão e perspectiva comunitária. Cremos que o papel do Deus Javé (*'ehad*) é transmitir ao homem uma comunhão perfeita que não se desfaz pela teologia, mas se constrói pela sensibilidade em constatar o “agir de Deus” – estamos diante de “um” Deus em movimento, que nos movimenta para onde podemos vislumbrar sua força e sua constante presença no decorrer da história dos homens.

Capítulo 1 – Introdução ao livro de Deuteronômio

O título do livro “Deuteronômio” coloca o livro no mesmo nível dos documentos legais. O nome em hebraico é *eleh hadebarim*, que significa “estas são as palavras”. Tal frase é justamente a que se inicia o quinto livro da Bíblia. *Deuteronômio* é o nome do quinto livro da Bíblia. O nome Deuteronômio é proveniente do grego, significando “segunda lei”.

Em 1805, Wilhelm M.L. de Wette, no estudo da crítica das fontes, mostra a vinculação entre o “livro da lei”, encontrado no templo de Jerusalém, na época da reforma de Josias (2Rs 22,8), e o núcleo mais antigo do Deuteronômio (capítulos 12-26, na sua quase totalidade) que é denominado por alguns estudiosos de “Protodeuteronômio”. Os últimos estudos sobre o tema afirmam que o material contido no núcleo do Deuteronômio ou “Protodeuteronômio” tem sua origem no período pré-estatal. Tal material recebeu acréscimos no decorrer da história e foi especialmente retrabalhado no norte, em meados do oitavo século.¹ Com a queda de Samaria, muitos israelitas vieram para o sul e trouxeram suas tradições. Entre elas, veio o material do Deuteronômio que serviu de plataforma para as reformas de Ezequias e Josias. Nessas reformas os escribas revisaram, ampliaram e editaram o núcleo antigo transformando-o em 4,44-28,68. Quando no exílio e pós-exílio, esse texto foi retrabalhado, recebendo uma introdução: os capítulos 1-4, e uma conclusão: os capítulos 29-34, a fim de responder às novas situações e ser incluído no conjunto do Pentateuco. Daí em diante o Deuteronômio se torna quase que uma “ponte”: ponto final do Pentateuco e começo da História Deuteronomista (de Josué a Reis).

¹ NAKANOSE, Shigeyuki, Para entender o livro do Deuteronômio, *RIBLA*, n° 23, Vozes, São Paulo, 1996, p.177

O Deuteronômio, de acordo com a designação de seu título, apresenta uma relação com os livros do Pentateuco. É suposto que se encontre uma “primeira lei”, e que em Deuteronômio essa lei seja reescrita, porém, iniciando uma aliança renovada.²

O livro do Deuteronômio adota vários elementos da história narrada nos quatro primeiros livros da Bíblia, e integra dentro de seu documento legal (caps. 12-25) leis provenientes dos livros de Êxodo e Levítico. Com a despedida de Moisés e com a chegada de Josué, como novo líder, Deuteronômio estende sua influência diante dos livros que compõem a história de Israel (Josué, Juízes, 1 e 2 Samuel, 1 e 2 Reis).

Aparece como o livro de texto e base da reflexão teológica nos grandes momentos da história de Israel – a reforma de Josias, o exílio. Deuteronômio veio das bases teológicas para a criação da obra deuteronomística (Josué – 2 Reis), e ambos foram a base da reflexão teológica na época pós-exílica. Basta apenas lermos os livros dos profetas Jeremias e Joel para termos uma idéia da influência de Deuteronômio na formação de vários dos livros proféticos.

A tradição de Deuteronômio se aproxima dos conceitos de aliança e eleição de maneira distinta. Deus não elegeu uma dinastia, nem tampouco uma monarquia; mas elegeu um povo (7,6-8; 14,2). No entanto, Deus escolheu um lugar para o culto, pois é “único”, “um” Deus (6,4) que faz uma aliança com um povo.

No centro da teologia do livro de Deuteronômio situa-se o conceito da singularidade de Javé: um Deus (6,4-5); na reforma de Ezequias: um templo (12,5-6); levando a um terceiro conceito: a aliança sinaítica (30,15-18). Dos três conceitos básicos da teologia de Deuteronômio, o resultado da benção divina se expressa em dois conceitos: um povo (7,6) e a terra (9,4-5).

² SÁNCHEZ, Edésio, *Deuteronômio – Comentario Bíblico Iberoamericano*, Kairos, Buenos Aires, 2002, p. 17

Pensando na origem e no pano de fundo do livro, observamos a reforma de Josias que se descreve com detalhes em 2 Reis 22,3-23,25 e 2 Crônicas 34,1-35,19, onde se iniciou quando em 628 a.C. quando Josias começou a punir a idolatria, em especial com repúdio do culto assírio (2Cr 34,3-7). Com isso a reforma se encaminhou mais especificamente e radicalmente (2Cr 34,8-33) no ano 622 a.C. Nesse ano, por motivo dos reparos e limpeza do templo, se encontrou o livro da lei (Deuteronômio). A partir desse momento, Deuteronômio se transformou em um fator importante da reforma. O círculo deuteronomista³ retomou a história passada de Israel e Judá e narrou-a mostrando passo a passo o que tanto Javé como o povo haviam feito. Levamos em conta o elemento base da teologia de Deuteronômio (6,4-5) que é base de nosso tema e assunto. Em suma, Israel e Judá eram culpados. Javé havia sido fiel em conduzir o povo e seus líderes pelo caminho de seu amor e aliança, enquanto o povo havia trocado esse amor pelo amor de outros deuses. Israel e Judá haviam falhado no mandamento fundamental: “Amarás o Senhor, teu Deus...”.

O Deuteronômio aparece fortemente para expressar a idéia unificadora de comunidade ou de povo. Não se trata de um povo qualquer, mas do povo de Deus; Israel é o povo consagrado a Javé, diferente de todas as outras nações (7,1-6). Sob Manassés e Amon, Judá se corrompeu profundamente. É possível que durante esses dois governos tenham sido sentidas em Judá, com mais força que antes, a necessidade e o desejo de reforma e independência. De acordo com Dt 17,18, foram feitas várias cópias do “Livro da Lei”⁴, uma das quais – não se sabe como – chegou ao templo de Jerusalém. É necessário imaginar que ela tenha sido colocada no templo pelos próprios autores na época pouco propícia de Manassés, na esperança que fosse usada na ocasião oportuna. Podemos supor também que ela tenha sido esquecida ou perdida durante o longo reinado de Manassés, no decorrer do qual vigoravam normas muito diferentes das do “Livro da Lei”⁵.

³ A expressão “círculo deuteronomista” refere-se ao grupo de mestres e discípulos que com zelo e cuidado guardaram e editaram as tradições deuteronômicas. Sugiro que os autores de Deuteronômio pertencem a este círculo.

⁴ Referência ao livro do Deuteronômio

⁵ LOPEZ, Félix Garcia, *O Deuteronômio – uma lei pregada*, Paulinas, São Paulo, 1992, p.15

Subindo ao trono, Josias mudou de orientação política quando se apresentaram as condições apropriadas para pôr em prática o que estava prescrito no “Livro da Lei”. Nunca se saberá se a descoberta do livro no templo foi casual ou não⁶.

O reinado de Josias (640-609) foi favorecido pelas circunstâncias internacionais – decadência da Assíria, estado nascente de Babilônia e intenção pacífica do Egito, ao ponto de poder ocupar a Samaria. Para conseguir a reunificação, Josias fez de Jerusalém o centro político-religioso. Para isso, destruiu o santuário de Betel e outros pequenos santuários do reino do Norte. Seguindo a linha reformista iniciada por Ezequias, levou às últimas conseqüências a centralização do culto e a supressão dos lugares de culto cananeu, bem como dos santuários javistas restantes (cf. Dt 12; 2Rs 22-23). Durante seu reinado, é provável que o “Livro da Lei” tenha sido retocado em vários pontos. As leis mais radicais de centralização (12,12-19,26-27; 18,6-8 etc.) podem muito bem ter sido redigidas nessa época.

Dentro da questão histórica, em relação à reforma de Josias, a Assíria estava agonizando, enfrentando uma violência proveniente de vários pontos do império. Povos dominados e oprimidos pela extrema violência e crueldade assírias levantaram as cabeças. Sobretudo os babilônios e os medos, artífices da derrocada definitiva da Assíria, entre 626 e 609 a.C. Foi um momento bom para Judá. Extremamente influenciado por um espírito nacionalista, o rei Josias deu início a uma ampla reforma, descrita melhor em 2Rs 22,3–23,25 como a obra sublime deste rei. Parece-nos que a reforma começou pelo ano de 629 a.C., sendo o décimo segundo do reinado de Josias, que contaria com 20 anos de idade. Conforme a história, no Templo de Jerusalém foi recuperado um código de leis, “o livro da Lei” (*sêfer hattôrâh*), como se lê em 2Rs 22,8. Ao ser publicado por Josias em 622 a.C. como lei oficial do reino de Judá, este “livro da Aliança” (2Rs 23,2) deu vida à reforma, mostrando que era preciso reviver as antigas tradições mosaicas, pois só elas valiam a pena. “Todo o povo aderiu à Aliança”, diz 2Rs 23,2.

⁶ LOPEZ, Félix Garcia, *O Deuteronomio*, p.15

Josias aproveitou a fraqueza assíria, e ocupou algumas partes do antigo reino de Israel, aumentando seus tributos e melhorando suas defesas. Houve uma limpeza geral no país: cultos e práticas estrangeiras, introduzidos em Judá sob a influência assíria, foram eliminados. A magia e os vários modos de adivinhação, banidos. Santuários do antigo reino de Israel considerados idólatras, arrasados, com especial destaque, no texto de 2Rs 23,4-20, para a destruição do santuário de Betel.

A reforma de Josias trouxe benefícios e prejuízos. Jerusalém torna-se a capital, o grande centro, que abriga o objeto da atenção de Josias: o templo. As festas e cultos eram celebrados na capital, portanto, os interioranos eram obrigados à peregrinação. Tal centralização arranca tributos do camponês, possibilitando lucratividades ao Estado, os sacerdotes – líderes religiosos, comerciantes e o povo da terra. No entanto, o povo camponês, da terra, perde seu lugar costumeiro de culto e de liberdade religiosa, aumentando as despesas com as viagens rumo à capital, abrindo cada vez mais a boca faminta do Estado, que se satisfaz com o domínio e exploração. Os sacerdotes levitas do interior também foram prejudicados. Os santuários onde permaneciam junto com o povo camponês foram fechados e destruídos.⁷ Tais sacerdotes foram rebaixados a clero inferior no culto em Jerusalém (2Rs 23,8-9).

Alguns defendem a origem do livro de Deuteronômio em Israel, antes da queda de Samaria, nos meios levítico-proféticos; outros sua primeira redação por refugiados (levitas?) do reino do norte, vindos para Jerusalém na época de Ezequias; outros, ainda, sua escrita na época de Josias por escribas reais. Só existe relativo consenso quanto ao seu conteúdo: o Deuteronômio original compreenderia os capítulos 12,1-26,15 – um código de leis – ornamentados por uma introdução, os atuais capítulos 4,44-11,32, e uma conclusão, os capítulos 26,16-28,68.

No entanto, escolhemos afirmar que o Deuteronômio somente pode ser compreendido como texto pré-exílico. No momento em que nos deparamos com o texto,

⁷ É importante lembrar que os sacerdotes levitas eram os guardiões dos santuários do interior, onde havia muito pluralismo religioso. Entre os nomes de deuses e deusas venerados nesses santuários destaca-se o nome da deusa Aserá (2Rs 23,4b), que era adorada ao lado de Javé e que não aparece nas críticas ferrenhas de Amós e Oséias.

percebemos introduções históricas aos mandamentos, apontando para uma ocorrência tardia. “Quando tiveres entrado na terra que Javé teu Deus te dará, tomado posse dela e nela habitares, e disseres: ‘Quero estabelecer sobre mim um rei, como todas as nações que me rodeiam’, deverás estabelecer sobre ti um rei que tenha sido escolhido por Javé teu Deus...” são as palavras iniciais da lei do rei em Dt 17,14s. No exílio, tal afirmação torna-se uma projeção sobre um possível reino próprio, levando consigo a indesejada e amarga experiência anterior.

A experiência de Israel, no texto, nos permite sugerir o lugar pré-exílico. Encontramos, igualmente, na introdução da lei sobre os profetas. “Quando entrares na terra que Javé teu Deus te dará, não aprendas a imitar as abominações daquelas nações. Que em teu meio não se encontre alguém que queime seu filho ou sua filha...” (18,9s). Diante de outras questões de futuro, o profeta se defronta com todas elas (18,10-14). O Deuteronômio pressupõe uma posse tranqüila da terra por Israel, de igual modo, sua liberdade. Imaginamos que a posse da terra, somando-se ao êxodo, indica o valor dos mandamentos de Deus – consequentemente, diante de tal quadro, surgem os proprietários livres. Em Dt 12,1, diz-se que Israel deve guardar as leis e prescrições “todos os dias em que viverdes sobre a terra agricultável”. Desta forma, a validade das leis que se seguem é vinculada à época da posse da terra.

De acordo com a somatória de introduções históricas aos mandamentos, apontando para uma ocorrência tardia, concordamos com Crüsemann, que citando Lohfink, sugerem que a presença de uma redação exílica, que se tornou necessária quando muitas coisas exigidas em Dt 12-16, não eram mais diretamente praticáveis na situação do exílio⁸. Ressaltamos como algo muito interessante, a percepção de Lohfink, quando afirma que a introdução no começo de Dt 12 tem a intenção de excluir os textos anteriores – como o xamá Israel (6,4ss) ou o Decálogo (5) – desta limitação e torná-los válidos independentemente de todas as condições sociais e políticas. Tal disposição pressupõe a origem pré-exílica do que comentamos.

⁸ CRÜSEMANN, Frank, *A Torá*, Vozes, São Paulo, 2002, p.296

1 – A lei no Deuteronômio

A semente das leis mais antigas presentes no livro do Deuteronômio, certamente nasceu na terra fértil da vida das famílias, clãs e tribos, no período pré-estatal. O espírito dessas leis é fruto da experiência de escravidão, pobreza, miséria, simbolizada pelo êxodo (Dt 24,18.22). O povo começa a formar uma nova sociedade, que demonstra uma organização igualitária, descentralizada, pautada pela prática da justiça (Dt 15,1-18). A participação no culto integra a comunidade – servos, servas, escravos, levitas – todos são convocados para festejar e se alegrar diante do Deus da vida (Dt 12,12). A memória da situação de escravidão e do ato libertador de Deus é expressa em leis ou mandamentos que ajudam o povo a viver a aliança (Dt 15,15). Com o passar do tempo, essas leis vão sendo relidas e recebem acréscimos em duas dimensões: na linha profética de defesa do pobre e oprimido e na linha do estado que se apropria delas e as manipula segundo seus interesses.

Inicialmente, as leis e princípios tribais eram transmitidas oralmente nas famílias (Ex 12,25-27), nas celebrações (Dt 26,5-10), tendo como base de sustentação a memória da libertação do Egito. Textos tardios trazem marcas desta memória (Dt 6,20-22). Com o decorrer do tempo, uma norma ou lei surgida num grupo era copiada e aplicada em outros (Dt 22,6-7). Essas leis eram guardadas nas famílias e nos santuários, como em Siquém (Js 24), onde se fazia as reuniões, discutia-se a prática jurídica e resolviam-se os problemas. Nos santuários também se tratavam os assuntos referentes ao culto – sacrifícios, oferendas – e faziam-se festas. As cerimônias de renovação da aliança, onde se recitavam as leis, foram espaços privilegiados para manter viva a memória das tradições. No passar da história essas leis vão sendo transmitidas e modificadas para responderem às novas realidades.

Pensar a respeito da lei de Deus, inicialmente é recorrer ao decálogo (as duas versões – Ex 20,1-17 e Dt 5,6-21), que contém não termos legais – “mandamentos, lei, prescrição e proibição” – mas sim as “palavras de Deus” para seu povo. Na verdade, quando olhamos para o decálogo, temos a possibilidade de encontrar a imagem de um

Deus “Libertador” que propõe um caminho para as pessoas e para a sociedade liberta, nova e alternativa.⁹

O Deus “Libertador” a partir do decálogo, juntamente com a repetição da lei em Deuteronômio, abre a mente sobre um Deus não opressor. O mandamento onde Javé deva ser o único Deus propicia a possibilidade de libertação do seu próprio povo. Aquele que é considerado o povo de Deus, pelo próprio Deus, está sob sua observação. A lei, portanto, surge como um aviso que aponta para a possibilidade de liberdade. Não há liberdade no descumprimento da lei, e na postura do povo diante do seguimento de outras divindades. O mandamento é obter a liberdade diante de “Um só”.¹⁰

Sem dúvida alguma, a eleição de Israel é concretizada pela proclamação do decálogo.¹¹ Javé se auto-apresenta no início do discurso assumindo a ação salvífica pela libertação do Egito, tendo seu povo como objeto da lei e de remissão. No entanto, segundo entendimento antigo, o ingresso em uma relação especial com uma divindade não era concebível sem uma aceitação de determinadas ordens e um compromisso de reconhecê-las. Portanto, só pelo fato de Javé ter proclamado o seu direito soberano sobre Israel e de Israel ter aceitado essa expressão de vontade, a apropriação de Israel acabou de se realizar perfeitamente.¹²

Todas as leis de Israel já pressupõem a existência da aliança, como uma instituição sagrada e uma comunhão estabelecida entre Javé e Israel. É interessante, pois, não há uma lei que regulamenta a forma de constituir tal ordem sagrada. Essa ordem já serve de pano de fundo, é uma ordem que já está concluída, que existe previamente e que, como tal, não é discutível. A única discussão é a questão de como organizar a vida daqueles que se acham numa situação que é nova e bem estranha.

⁹ KRAMER, Pedro, *Origem e legislação do Deuteronômio*, Paulinas, São Paulo, 2006, p.104

¹⁰ O *xemá* é o ápice da liberdade, pois “Um só” é Javé

¹¹ RAD, Gerhard von, *Teologia do Antigo Testamento*, vols. 1 e 2, ASTE, São Paulo, 2006, 2ª. edição, p.189

¹² RAD, Gerhard von, *Teologia do Antigo Testamento*, p.189

Em consequência disso, não seria possível que Israel tivesse compreendido o decálogo como lei moral de ética absoluta. Mas ao contrário, sempre o entendeu como a revelação da vontade de Javé que lhe fora feita num momento especial da sua história e através da qual lhe tinha sido oferecido o benefício da salvação da sua vida. A lei tem a ver com o povo de Javé. A confissão de fé é feita por aqueles que devem se abster de certas práticas que desagradam a Javé. A quem se dirige a lei, seu destinatário, não é uma coletividade qualquer sem vínculos javistas, nem mesmo a sociedade humana, mas sim a comunidade de Javé. Um dos elogios mais elevados com o qual Israel enaltecia os mandamentos era o de serem “justos”, ou seja, revelando-os Javé expressava a sua fidelidade comunitária em relação a Israel.

É bastante interessante olharmos para o uso da lei em Deuteronômio, com intenções didáticas. Quando nos voltamos aos usos didáticos da lei, verificamos a proeminência do rei retida em Dt 17,14-20 na conclusão de vv.18-20.

2 – O nome de Deus

Disse Deus ainda a Moisés: “Assim dirás aos israelitas: *’Iahweh*, o Deus de vossos pais, o Deus de Abraão, o Deus de Isaac e o Deus de Jacó me enviou até vós. É o meu nome para sempre, e é assim que me invocarão de geração em geração.” (Êx 3,15)

O escritor nos avisa: “É o meu nome para sempre”. A idéia é que o nome de Deus, uma vez apresentado e afirmado, torna-se padrão de religiosidade, conduta, do direito com a justiça, da força, e ao mesmo tempo da beleza que nasce do texto e entra no meio do povo. O povo agora possui um Deus com um nome, ainda que o nome não abrace tudo aquilo que ele é, mas que o identifica com o povo. Talvez fosse desconfortável para um povo que possui um nome, ter um Deus inominável.

Primeiramente é preciso distinguir entre “Deus de Abraão, Isaac e Jacó”, por um lado, e “Deus dos pais”, por outro. No entanto, esta última forma pode ser desmembrada. Apenas a expressão no singular “Deus de meu/teu pai” parece ser antiga (p. ex., Gn 31,5.29.42; 43,23), enquanto que a forma no plural “Deus de teus/nossos pais” se encontra, com exceção de Êx 3s., principalmente em camadas posteriores. A forma no plural pressupõe a unificação dos diversos deuses patriarcais, decerto venerados originalmente por diversos clãs, num *único* Deus dos pais.

O Deus particular de um clã, de um patriarca, é um Deus revelado naquilo que o ser humano ouve, ao contrário na religião egípcia, onde é a imagem que se manifesta como revelação da divindade, bem como nos ritos cultuais que celebra. Portanto, temos a expressão de Deus como aquele que era Deus porque falava aos seus. Evidentemente, a divindade se dá a conhecer pelo nome. Possivelmente o exemplo mais citado do mundo ao redor de Israel seja o oráculo que o rei assírio Assaradão recebeu da deusa Ishtar:

“Eu sou Ishtar de Arbela, ó Assaradão, rei de Assur! [...]

Não temas, rei!, falei eu a ti”

(AOT, p.282; ANET, p.450; TUAT II/1, p.58)

Num cântico sumérico muito mais antigo, a deusa Inana declara de si mesma:

“Meu pai deu-me o céu,

deu-me a terra:

eu sou a senhora do céu.

Alguém, um deus, se compara a mim?”

(Falkenstein, Wolfram Von Soden, p.67; TUAT II/5, p.647)¹³

¹³ SCHMIDT, Werner H. *A fé do Antigo Testamento*, Sinodal, São Leopoldo, 2004, p.98

O profeta Dêutero-Isaías elabora formulações semelhantes, nas quais Deus remete a seus feitos, p.ex., à criação ou à sua incomparabilidade:

“Eu, Iahweh, é que tudo fiz,
e sozinho estendi os céus
e firmei a terra (com efeito, quem estava comigo?)”
(Is 44,24; cf. 41,4; 45,7; Sl 46,11 e outras)

Portanto, o discurso divino “Eu sou Javé” não estava ligado, desde o início, à proclamação da lei, ainda que tal expressão fosse anterior ao Decálogo. Porém é mais admirável ainda que a tradição mais antiga do Sinai (Êx 19; 24; também 34) – diferentemente da tradição dos patriarcas (Gn 28,13; 31,13; 46,3; Êx 3,6) – não contenha a revelação do nome. Em parte alguma, portanto, nesta época antiga, se atesta a expressão num evento em que Javé, até agora desconhecido e sem nome, se dê a conhecer de maneira totalmente nova a um grupo mediante a revelação de seu nome. Parece, antes, que só posteriormente a “auto-apresentação” de Deus tornou-se, mais e mais, o centro do conhecimento no Sinai. E os mandamentos foram relacionados – tal como no Decálogo – com esse “eu”. Uma vez que, o discurso teofânico “Eu sou” não aponta ou remonta de forma clara aos primórdios de Israel e, já que existem muitos paralelos do mundo circundante, sugerimos que a fórmula de auto-apresentação deve ter surgido na terra cultivada sob influência estrangeira. Então, parece-nos que Israel adotou uma expressão das religiões estrangeiras para, exatamente com ela – através da íntima relação com a referência histórica bem como com o primeiro e o segundo mandamentos (Êx 20,2-5; Lv 19,2-4; Os 13,4; Sl 81,10s.) distinguir seu Deus dentre os outros deuses e, assim, expressar a singularidade de sua fé.

A divindade é caracterizada e diferenciada de outras por seu *nome*. O nome associa peculiaridades, bem como revela a identidade e características do ser divino, como os lugares em que aparecem, as palavras comumente utilizadas, ações próprias, de maneira que tal ser divino possa ser distinguido. Os nomes dos deuses cananeus “*El*” ou “*Baal*” são, ao mesmo tempo, designação genérica para “deus” ou “senhor” e nome

próprio de determinado deus. Em contrapartida, “Javé” é somente nome próprio. “Javé é o seu nome” expressa, p.ex. Oséias (12,6; Êx 15,3 e outras), ou Deus mesmo se apresenta: “Eu sou Javé; este é o meu nome” (Is 42,8)

O nome da divindade acompanha o seu poderio, sua autoridade, vemos, por exemplo, em Dt 12,2-5. A única diferença é o lugar e o nome, uma vez que as práticas cúlticas são semelhantes. Os sacrifícios e as ofertas são de igual interesse, e nascem das mesmas motivações; porém, troca-se o lugar, já que o nome do Deus *Iahweh* – nome diferenciado – levará seus adoradores para outro lugar. Se há um nome diferente, há um local diferente para se adorar, evidentemente que há uma especificidade javista nas diversidades de sacrifícios.

Há muitas formas de se pensar no nome de Deus, mediante sua origem, influência, possíveis traduções, ou vínculo adquirido diante da relação com seu povo. A preocupação do nosso estudo tem como objetivo específico uma compreensão de um Deus pessoal, talvez pensemos no Deus dos patriarcas, no Deus do clã, da tribo, da família.

Salvo raras exceções, as divindades do Oriente Próximo antigo estão todas associadas com lugares e santuários concretos. *Marduk* é o Deus da Babilônia, onde recebia culto, do mesmo modo que Sin era o nome de Harã. Com relação à Javé é possível percebermos sua vinculação original com o monte Sinai. Com nosso olhar no livro de Reis, tem-se a idéia da divindade em certa territorialidade, ou seja, a ligação com um lugar determinado; tal texto é a história da cura e conversão a Javé, de um general Sírio mediante a intercessão do profeta Eliseu, e como quando o Sírio está a ponto de regressar a seu país solicita ao profeta um favor: que lhe seja permitido levar quanta terra pudessem carregar duas mulas (2Rs 5,17). Nota-se que o novo convertido pensava que os deuses moravam num lugar ou região concretos, e se o Deus de Israel só podia ser adotado em Israel, ele queria levar consigo uma parte – o desejo de carregar o divino para outro lugar. O Deus dos patriarcas não está ligado a lugares, mas sim a pessoas. Nosso texto em estudo de Dt 6, bem como outros, não delimitam o espaço, mas a consciência e convicção de um povo. Na verdade, nosso texto em Dt 6 fala do

ambiente da casa, não do templo, ou de uma terra específica que combine com o Deus Javé.

Albrecht Alt sustenta que o Deus dos patriarcas representa um tipo especial de religiosidade baseada na vida dos grupos nômades, ainda que esta hipótese fosse criticada por outros estudiosos que examinavam esta prática semita à luz dos dados mais antigos; o culto ao Deus dos patriarcas é considerado agora uma manifestação religiosa não só exclusiva dos nômades, mas também comum no Antigo Oriente, onde são freqüentes as menções do culto ao “meu deus”, “o deus de tal e qual”, “meu protetor”, “meu pastor”, etc.

No mundo conceitual dos antigos semitas, nome e realidade caminhavam juntos. O nome e a existência são a mesma realidade. Algo similar se encontra na narração bíblica do paraíso (Dt 2,19). Ainda no mundo bíblico, sabemos que existia uma ligação mais íntima entre o nome e seu portador. Vemos, por exemplo, nos relatos patriarcais, quando Esaú comenta sobre a falta de escrúpulos de seu irmão (Gn 27,36). Derivada da raiz semítica *'aqab*, que significa “pegar pelo calcanhar”, “enganar”¹⁴, com isso o nome “Jacó” expressa a característica, e sua capacidade de enganar. Enfim, isso nos ajuda a compreender o porquê da mudança do nome de Jacó, que passa a ser chamado de “Israel”: seu encontro noturno com Deus no Jacob produziu tal mudança em sua forma de ser que deixou de se comportar como antes. A relação entre nome e pessoa explica por que o Antigo Testamento às vezes se refere ao nome e não ao seu portador, como acontece, por exemplo, em Isaías (Is 30,27) e nos Salmos (Sl 20,1)

No Antigo Israel, anunciar o nome do novo proprietário era o costume de qualquer trato; assim, por exemplo, quando se vendia uma propriedade, o nome do comprador era chamado diante das testemunhas no lugar em questão enquanto se fechava a compra e venda e o dinheiro mudava de mãos. Vemos, por exemplo, no Salmo 49,11-12: “Seus túmulos são para sempre suas casas, suas moradias de geração em geração; e eles davam o próprio nome às suas terras”, isto é, adquirem cada vez mais

¹⁴ Verificar o *Dicionário Hebraico-Português e Aramaico-Português*, Vozes, Sinodal, Petrópolis, São Leopoldo, 21ª.edição, 2008, p.186

propriedades. Em Isaías 4,1, o texto relata como sete mulheres dizem ao mesmo homem, em ordem, “comeremos do nosso pão e nos vestiremos às nossas custas, contanto que nos seja permitido usar o teu nome”.

3 – Monoteísmo e monolatria

Para entender a história de Deus na Bíblia, necessitamos voltar às expressões sobre a divindade no início de Israel. É necessário, também, percebermos que o início da estrutura do tempo para investigar a fala de Deus na Bíblia, tem, pela tradição, sido marcado pelo cânon bíblico. Esse é um julgamento teológico, em virtude das tradições judaicas e cristãs, que historicamente tem optado pela compreensão do Deus da Bíblia, e pela localização do discurso revelado sobre esse Deus que a Bíblia apresenta. Afinal, para as tradições cristãs e judaicas, a revelação sobre Deus começa com a Bíblia, e não com textos extrabíblicos. De forma contrastante, textos do antigo Oriente Próximo permanecem fora da Bíblia e, conseqüentemente, não têm nenhuma argumentação teológica para serem incluídos na discussão teológica.

Muitas das discussões concernentes ao contraste entre os textos do antigo Oriente Próximo versus a Bíblia, assumiram que Israel era essencialmente monoteísta, e quando não, era somente porque tinha sido tentado pelos costumes de seus vizinhos politeístas. Estas discussões geralmente começaram a partir de uma postura religiosa gerada por uma avaliação teológica e levada depois a uma discussão histórica que pesava nos registros a favor do monoteísmo bíblico.

É verdadeiro que devemos compreender melhor o politeísmo do antigo Israel, para compreendermos o monoteísmo bíblico. Para que fique mais clara nossa compreensão, é importante fazer algumas observações gerais sobre a situação religiosa em Israel. Primeiro, o monoteísmo se desenvolveu na religião israelita monárquica ou pelo menos em segmentos de sua população, sendo que, finalmente, ele se tornou

normativo para os autores dos que vieram a ser os textos bíblicos. Por outro lado, esse monoteísmo não se originou historicamente no Sinai com Moisés e a aliança feita lá. Basta constatarmos o alerta sobre a possibilidade de outros deuses nos Dez Mandamentos. O próprio Moisés perguntaria: “Quem é igual a você entre os deuses, ó Senhor?” (Êx 15,11). Diante disso, o monoteísmo foi um desenvolvimento na religião israelita, que foi lido retroativamente em sua tradição religiosa mais antiga. Também é possível notarmos expressões explicitamente monoteístas na religião israelita, mas isto não significa negar as pluralidades dentro da divindade no monoteísmo bíblico. Podemos também dizer que depois do surgimento da linguagem monoteísta na Bíblia, nos séculos sétimo e sexto, havia geralmente algo bem “poli” sobre o monoteísmo – ele carregava em uma deidade muitos tipos diferentes de personalidades, associadas às várias deidades no politeísmo¹⁵.

Mas segundo nossa opinião, de acordo com Norbert Lohfink, a epifania do Sinai é tida no Antigo Testamento como o fato que funda a aliança entre o povo de Israel e o Deus Iahweh. É o ponto central do Antigo Testamento. Enuncia-se aí o tema de “*Iahweh* e os outros deuses” como o tema primeiro, que ressoará pelo Antigo Testamento inteiro, percutindo com insistência nos ouvidos de todos seus leitores.¹⁶ *Iahweh* proíbe, pois, a um povo que tenha outros deuses além dele. Tal proibição, afirmada por ele mesmo, é extravasar-se de zelo e ciúme. No entanto, isso não significa que este Deus pretenda que todos os homens e todos os povos adorem somente a ele e a nenhum outro deus. *Iahweh* não convocou todos os povos a se apresentarem em sua presença na montanha santa do deserto. É importante perceber que somente a este povo singular Deus libertou dos trabalhos forçados e a ele somente se manifestou. Isso implica na seguinte afirmação: só de Israel exige não permita que haja outro deus a sentir o odor de seus sacrifícios e a ouvir suas orações.¹⁷ Em relação a outros povos, aos seus deuses particulares continua a adoração. Mas Israel é o povo de *Iahweh* e dele *Iahweh* sente zelo e ciúmes. “Levantando teus olhos ao céu e vendo o sol, a lua, as estrelas, todo o exército do céu, não te deixes seduzir para adorá-los e servi-los! São coisas que *Iahweh* teu Deus repartiu entre todos os povos que vivem sob o céu. Quanto a vós, porém, *Iahweh* vos tomou e vos fez sair do Egito, daquela fornalha de ferro, para

¹⁵ SMITH, Mark, *O memorial de Deus*, Paulus, São Paulo, 2006, p.133

¹⁶ LOHFINK, Norbert, *Grandes manchetes de ontem e de hoje*, Paulinas, São Paulo, 1984, p.153

¹⁷ LOHFINK, Norbert, *Grandes manchetes de ontem e de hoje*, p.153

que fôsseis o povo da sua herança, como hoje se vê” (Dt 4,19). Vemos, por exemplo, a relação exclusivista de Israel com seu Deus, quando em Dt 13 as leis rezam: Se uma cidade inteira apostatar de *Iahweh*, deve o resto de Israel, como que em guerra santa, aniquilar aquela cidade e todos os seus habitantes. Assim se afirma a lei. Lei que vai de encontro ao próprio Israel, e não outros de outras crenças religiosas. Mas a verdade é que outros textos do Antigo Testamento dedicam-se a esclarecer que *Iahweh* não pode esquecer-se de seu amor antigo e promete reuni-los novamente dentre os povos e conduzi-lo de retorno à sua terra.

O mundo ao redor de Israel era politeísta. Vale a afirmação não apenas da fé popular e do culto dos grandes templos, mas também do pensamento das pessoas cultas. Desde o Egito à Babilônia, os dois extremos do Oriente Médio, por toda parte adoravam-se muitos deuses diferentes. Muitas vezes ocorre que grupos menores de deuses conquistem posição especial. Não é raro que se construa a idéia de um panteão de divindades principais, em cujo cimo encontraremos um deus que é pai e rei dos deuses. Também a mais baixa camada social, a dos nômades, não constituía nenhuma exceção. Temos motivo para crer que os nômades com freqüência só adoravam um único deus, tido como o protetor do clã, que outrora aparecera ao seu patriarca e agora conduz sua descendência em suas andanças. Quando alguém se dirigia às cidades para fins de negócios, costumava se assegurar por meio de ofertas, a proteção dos deuses locais. Não resta, pois, motivo algum para não considerar também os nômades como politeístas.

Mudando-se a concepção de um Deus representado em forma de ídolo, modifica-se o modelo de estruturação social. Os povos antigos estruturavam a comunidade em que viviam, conforme a concepção que tinham de hierarquia dos seus deuses. Havia os que acreditavam no deus dos deuses, nos deuses e nos súditos dos deuses. O humano imitava o divino. Se a estrutura social hierárquica dava certo entre os deuses, haveria de dar certo entre os humanos. Como os hebreus não tinham deuses, de antemão, não havia possibilidade de criar uma sociedade hierarquizada.

Nosso tema gira em torno da idéia da não confecção de ídolos. Porém, dentro do início da história religiosa do povo de Deus, a exclusividade javista não era uma realidade. *Iahweh* era um Deus como tantos outros. Inclusive, era representado pelos deuses familiares. Depois, mais tarde, foi tornando-se Único. A bem da verdade é que se chegou à conclusão de que não se podia fazer uma imagem de quem não se conhecia. Jamais alguém viu ou conheceu a Deus a tal ponto que pudesse representá-lo ou por escultura, ou por pintura, ou por outro meio qualquer. Há quem confunda imagem com ídolo. Muitas vezes, a palavra imagem é usada de forma inapropriada. Quando ela tem o sentido de deus, ou quando ele ocupa o lugar de *Iahweh*, torna-se ídolo. Além de que a concepção de ídolo leva em conta que o mesmo possua um espírito. Para os povos vizinhos dos hebreus, os deuses se manifestavam por intermédio de seus ídolos. Quebrar um ídolo era um escândalo digno de morte. Diante disso, para abrandar a ira dos deuses, eram-lhes oferecidos sacrifícios.¹⁸

O Antigo Oriente sempre foi politeísta. Ele nunca conheceu o porquê de se ter um Deus único e não consegue conceber a idéia de adorar um deus que não seja representado por uma imagem. Havia, é certo, em alguns seguimentos religiosos, uma certa tendência ao monoteísmo, que não era exatamente javista, no entanto, tal tendência nunca imperou.

O primeiro mandamento levou o povo hebreu a tomar uma posição diante de Deus: tornar *Iahweh* um Deus único. Essa exclusividade tornou os hebreus diferentes de todos os outros da época. A exclusividade na confissão é algo específico de Israel. Tal atitude torna o povo singular e notório aos olhos das outras nações.

Com relação à história da exclusividade de *Iahweh*, Schmidt chama a nossa atenção para cinco aspectos do conhecimento da fé¹⁹:

- a) *Iahweh se solicita como exclusivo para Israel* – as principais tradições presentes no livro do Êxodo, como por exemplo, a vocação

¹⁸ LIMA, Cleodon Amaral, *A Proibição de se fabricar ídolos*, São Paulo, Rideel, 2006, p.114

¹⁹ SCHMIDT, Werner H. *A fé do Antigo Testamento*, São Leopoldo, Sinodal, 2004, p.122-130

de Moisés (Êx 3), a passagem pelo mar dos juncos e o afogamento do faraó, seus cavalos e seus cavaleiros (Êx 14s), a manifestação de *Iahweh* no Sinai (Êx 19,16s), as refeições que selavam os compromissos (24,10s), são testemunhos da solicitação de exclusividade. Os patriarcas também tiveram um comportamento que favoreceu tal exclusividade.

- b) *Os profetas dos séculos 9, 8 e 7 e suas tendências à exclusividade* – Elias, por exemplo, famoso profeta do nono século, é conhecido como “o defensor da exclusividade da fé”. Um dos textos bíblicos mais significativos de Elias está em 1Rs 18,21, onde percebemos a exclusividade de *Iahweh* de forma latente. A perspectiva teológica de Elias é clara e exige um comportamento unilateral do povo, apesar de não negar a existência de *Baal*. Vemos o profeta Oséias, conhecido do oitavo século, onde denuncia o pecado de Israel pela transgressão do primeiro e do segundo mandamentos. A similaridade da citação de Oséias 13,4 com tais mandamentos é clara: “E eu sou *Iahweh*, teu Deus, desde a terra do Egito. Não conhecerás outro deus além de mim, não há salvador senão eu.” Percebemos, igualmente, o profeta Amós, no mesmo século de Oséias, onde apresenta em seus escritos um *Iahweh* que transcende o limite nacional. De acordo com Amós, *Iahweh* é juiz dos povos (cf. Am 1,3ss) e seu poder não se estende somente para além dos povos vizinhos (cf. Am 9,7), mas até os limites do cosmo (cf. Am 9,2ss). Segundo o profeta, *Iahweh* apresenta um *status* de deus internacional, apesar de não ser adorado como Deus único por todos. “Nas palavras de Amós, Javé ultrapassa a categoria do *deus nacional*, ainda mais que esse *Deus de um povo* se volta contra seu próprio povo.”²⁰ Ainda no oitavo século, temos o profeta Isaías, que segue o mesmo tema: exclusividade de *Iahweh*. Schmidt cita Is 2,17, a exclusividade de *Iahweh* se expressa pela palavra *somente*. Um segundo texto citado é Is 31,3. O autor mostra que aqueles que confiam nos egípcios, fortes e ágeis, ficarão decepcionados, porque são homens e não se comparam a Deus. Por

²⁰ SCHMIDT, W.H. *A fé do Antigo Testamento*, p.124. Schmidt utiliza a forma “Javé” quando se refere ao Deus de Israel, da mesma maneira que usa *Iahweh*. São duas formas para escrever o mesmo nome.

mais que o Faraó seja considerado uma divindade ou por mais que pareça que os deuses ajudem os egípcios, dando-lhes força e riqueza, só *Iahweh* é Deus. Sobre a perspectiva teológica de tais profetas, Schmidt conclui: “Ao que tudo indica, os profetas do século 8, Amós, Oséias ou Isaías, que, por sua vez, retomam diversas tradições, temas e motivos, pressupõem em conjunto – como que naturalmente – a exclusividade da fé em Javé, expressam-na de modo distinto e a relacionam, cada um à sua maneira, com sua realidade.²¹”

- c) *A exclusividade de Iahweh expressa na lei* – no Código da Aliança, nós temos a versão mais antiga da exclusividade da fé. “A concisa norma jurídica de Êx 22,19 vincula ação e consequência; ela foi complementada (posteriormente) para permanecer inequívoca.²²” A exclusividade da fé também é percebida através da proibição de prostrar-se diante de outros deuses presente no decálogo cultural²³: “Porque não te prostrarás diante de outro deus.” Há versículos, que seguem o decálogo como modelo, considerando normas proibitivas, onde vemos a proibição de invocar o nome de outros deuses e, até, de mencionar tais nomes²⁴. É notório, por exemplo, que o primeiro mandamento não nega a existência de outros deuses, mas chama a atenção para a adoção de *Iahweh* como Deus exclusivo: “Não terás para ti outros deuses diante de mim”
- d) *A perspectiva ética do primeiro mandamento* – “Tema do primeiro mandamento não é, em primeiro lugar, *Deus mesmo*, mas a atitude das pessoas para com Deus²⁵. Sobre a exclusividade de *Iahweh*, o Deuterônomo induz à unicidade de Deus. Essa idéia está presente em nosso tema, relacionado ao *xemá*²⁶: “Ouve, Israel, *Iahweh*, nosso Deus, *Iahweh* é único.” O Deuterônomo não chama a atenção apenas para a perspectiva ética da exclusividade de *Iahweh*: adorar tão-

²¹ SCHMIDT, W.H. *A fé do Antigo Testamento*, p.125

²² SCHMIDT, W.H. *A fé do Antigo Testamento*, p.126

²³ Além de Êx 34,14, favor conferir Sl 81,10

²⁴ Cf. Êx 23,20; 2Rs 17,35; Lv 19,4; 26,1; Dt 13 etc

²⁵ SCHMIDT, W.H. *A fé do Antigo Testamento*, p.127

²⁶ Cf. Dt 6,4 – citado em Zc 14,9; Ml 2,10; Jó 31,15. A afirmação que *Iahweh* deve ser considerado Deus único também pode ser encontrada em Êx 3,14; 1Rs 8,56-60; 18,21; 2Rs 19,15-19; Eclo 1,8-9; Am 4,13; 5,8; Is 42,8; Zc 14,9; Mq 1,11

somente um Deus e nenhum outro. Ele também destaca uma peculiaridade de Deus que podemos entender como perspectiva teológica: o ciúme de Deus. Não é o ciúme de *Iahweh* pelos outros deuses, mas pelo povo de Israel, que confia em outros deuses.

- e) *Monoteísmo – uma nova perspectiva teológico-ética* – o autor do Deutero-Isaiás²⁷, mediante alguns versículos, ao escrever para os exilados, nega, claramente, a existência de outros deuses. Temos como exemplo Is 44,6²⁸: “Assim diz *Iahweh*, rei de Israel, seu Redentor, *Iahweh* dos Exércitos: Eu sou o primeiro e eu sou o último, e além de mim não há Deus.”

Todavia essa religião da camada social ínfima demonstra um traço que caracterizava o politeísmo do Oriente antigo, traço este que às vezes se designa como monolatria. No Egito, por exemplo, deparamos com um politeísmo tal, sobretudo na arte. Animais, plantas, coisas, homens, seres híbridos emergem por toda parte, e todos significam deuses. Cada distrito possuía o seu deus. Todos os deuses podiam ser invocados como “o deus único e sem igual”. Qualquer rei podia designar-se como “rei dos deuses” e “senhor de todos”. Nas instruções sapienciais, que constituíam a base para a formação dos funcionários públicos egípcios, somente em casos especiais se mencionavam deuses singulares. A maioria das afirmações têm como sujeito simplesmente a palavra *neter*, “deus”. O funcionário, segundo o lugar em que estivesse ou a coisa que fizesse, tinha que se haver com um deus diferente. As instruções expressavam o que em cada caso deveria fazer com referência a cada deus. A partir desses pressupostos é que se deve entender a adoração exclusiva, por exemplo, de *Aton*, o disco solar. Nesse contexto, surgem passagens tais como o célebre “cântico do sol”, onde se canta de *Aton*:

“Como são imensas as tuas obras!

Estão escondidas a olhos humanos, ó Deus único e sem igual!

²⁷ A palavra grega *deutero* significa segundo, determinando os escritos do Profeta Isaiás documentados em um segundo momento. Para muitos exegetas, os capítulos de 41 a 53 não foram escritos pelo profeta, mas, talvez, por um discípulo ou pela escola isaítica, no período do exílio da Babilônia.

²⁸ Cf. também Is 41,4 ; 45,5s. 18.21s ; 46,9 etc

Fizeste a terra segundo o teu coração,
somente tu a fizeste, com os homens, rebanhos e todos os animais:
tudo o que habita a terra, andando sobre seus pés,
tudo o que paira no ar, voando com suas asas,
as terras estrangeiras da Síria e da Núbia e a planície do Egito.
Colocada cada qual no seu lugar,
Para todos crias o de que necessitam,
Cada um tem o seu alimento”.²⁹

Soa-nos este texto como se fosse monoteísta, mas ele permanece inteiramente na moldura da linguagem e prece politeístas. O politeísmo teórico, no meio cultural em que Israel se movia, significava, portanto, para a prática religiosa, sempre a possibilidade de monolatria a te mesmo a tendência para essa.

Quanto à época dos patriarcas, não ultrapassamos as suposições. Devemos certamente contar com que, dos diversos grupos de que se formou Israel, cada um adorava o deus particular do seu clã. Chamavam-nos aproximadamente de “o Deus do teu pai Abraão”, “o Terror de Isaac”, ou “o Touro de Jacó”. Era o politeísmo normal entre os nômades. Ao se dar a fusão do povo, também os deuses dos clãs cobriaram-se entre si. Ao ficar sedentário, o deus dos pais foi identificado com *Ilu*, o Deus criador. Quando o grupo, que Moisés retirou do Egito, veio juntar-se a eles, o seu Deus *Iahweh* confundiu-se com *Ilu*. E *Iahweh* era ciumento. A partir daí, não mais se permitiu a ninguém a adorar qualquer outro deus. Mas o interessante é que mesmo afirmando a exclusividade de *Iahweh* como Deus, ninguém teria pensado em questionar a existência de outros deuses ou em exigir que outros povos abandonassem seus próprios deuses, passando a adorar a *Iahweh*. A exclusividade da adoração devida só a *Iahweh*, a que estava obrigado Israel, permanecia inteiramente no interior da estrutura do politeísmo do seu meio cultural.

²⁹ LOHFINK, Norbert, *Grandes manchetes de hoje e de ontem*, p.158

A ciência bíblica há muito tempo se dispôs a considerar o monoteísmo teórico como a grande idéia nova anunciada pelos profetas. Primeiramente esteve em foco a figura de Elias, do nono século. Mas é possível que se tenha incorrido em engano. No topo do monte Carmelo, antigo monte santo, o altar de *Iahweh* fora abatido, erigindo-se em seu lugar o culto a *Baal*. Elias, na cena decisiva do sacrifício, conclama os israelitas: “Até quando claudicareis das duas pernas? Se *Iahweh* é Deus, segui-o; se é *Baal*, segui-o” (1Rs 18,21). Mas isso nada tinha a ver com monoteísmo. A questão, pelo contrário, é essa: qual deus é dono deste monte e qual deus deve ser adorado em Israel? Nessa linha esclarece-se o sentido pelo prosseguimento da narrativa, quando se relata a prece com que Elias em seguida faz descer sobre o altar de *Iahweh* a prova do fogo do céu: “*Iahweh*, Deus de Abraão, de Isaac e de Israel, saiba-se hoje que tu és Deus em Israel, que sou teu servo” (1Rs 18,36). O fogo de *Iahweh* caiu sobre o altar e os sacerdotes de *Baal* foram exterminados junto da torrente, conforme a narrativa bíblica.

É importante notar que existem algumas menções no Primeiro Testamento dos deuses do lar ou da família³⁰. Schmidt cita que o AT conhece múltiplas tentações da idolatria – desde as épocas remotas (Gn 35; Nm 25; Jz 6,25ss. e outras) e o período da monarquia (1Rs 18; 2Rs 1; 10; Os 1s.; 4; 8; Jr 2; 44; Ez 8) até a história mais recente (Is 57.3ss.; 65,2ss.; 66,17 e outras)³¹. Vemos, por exemplo, algumas descobertas arqueológicas que comprovam a aceitação do relacionamento entre *Iahweh* e uma certa deusa feminina chamada *Ashera*, o que configura traços politeístas. “Uma inscrição de *Kuntillet Adjrud*, no extremo sul da Palestina, fala da bênção de Javé... e de sua *Ashera*’; de forma semelhante uma outra inscrição de *Hirbet el Qom*, a oeste de Hebrom”.³²

Considerando tais afirmações e grande parte do Antigo Testamento, é muito mais adequado falar que os hebreus eram adeptos de uma monolatria do que dizer que eram monoteístas. “Para grande parte do Antigo Testamento, a designação ‘monolatria’ é, sem dúvida, mais apropriada e mais adequada do que ‘monoteísmo’.”³³

³⁰ Cf. Gn 31,19.30ss; Jz 17,5; 18,14ss; 24; Êx 21,6; 22,7s.

³¹ SCHMIDT, W.H. *A fé do Antigo Testamento*, p.131

³² SCHMIDT, W.H. *A fé do Antigo Testamento*, p.131

³³ SCHMIDT, W.H. *A fé do Antigo Testamento*, p.131

Afirma Schmidt que “a exclusividade constitui, dentro da multiplicidade da literatura veterotestamentária, uma unidade que, por sua vez, se manifesta numa grande diversidade de formas.”³⁴ Tal situação constitui no povo hebreu uma caracterização única, que difere de outros povos vizinhos. Há um rendimento ao decálogo, onde *Iahweh* se encontra com o povo e inaugura a relação de exclusividade.

Da parte de *Iahweh*, há um olhar interessado no povo e não na disputa com outros deuses. “O Deus uno não necessita disputar a hegemonia no mundo com outros deuses.”³⁵

Com já afirmamos, as tribos e os clãs da Antiguidade organizavam sua sociedade conforme a hierarquia de seus deuses. Os poderosos e ricos eram os deuses superiores, enquanto os simples e pobres eram os deuses com menor expressão. “Na hierarquia dos deuses das antigas religiões orientais refletia-se a estrutura da sociedade; a ordem celestial era paralela à estrutura social terrena.”³⁶ Com a adoção oficial de *Iahweh* como único Deus, a estruturação social conforme a sociedade dos deuses não podia mais ser justificada.

A exclusividade da fé em *Iahweh* não permitiu que a crença nos poderes dos astros³⁷ roubasse a prerrogativa de culto. Não permitiu, também, que a crença no poder dos mortos levasse os israelitas a praticarem culto aos mortos³⁸. Da mesma maneira, a feitiçaria e a magia são ignoradas³⁹. Enfim, a fé exclusiva em *Iahweh* afastou qualquer possibilidade de adoração aos deuses estrangeiros. Como tal prática era comum na antiguidade, os hebreus foram instruídos.

³⁴ SCHMIDT, W.H. *A fé do Antigo Testamento*, p.132

³⁵ SCHMIDT, W.H. *A fé do Antigo Testamento*, p.133

³⁶ SCHMIDT, W.H. *A fé do Antigo Testamento*, p.137. Verificar que essa afirmação encontra fundamentação em Dt 32,8.

³⁷ Cf. Dt 4,19; 17,3; 2Rs 17,16; 21,3.5; 23.5.11; Jó 31,26s e outras

³⁸ Muitos dos israelitas acreditavam que o espírito dos mortos era uma pessoa com poderes e conhecimentos superiores. Por esse motivo, a evocação dos mortos e a magia que envolvesse algum espírito de alguém que morreu era proibida e ameaçada até com a pena de morte (cf. Lv 19,31.28; 20.6.27; Dt 18,10s. 2Rs 21,6; 23,24 e outras). Verificar maiores informações em SCHMIDT, W.H. *A fé do Antigo Testamento*; p.456-466.

³⁹ Cf. Êx 20,7; 22,17; Nm 23,23; 1Sm 15,23 e outras.

Ao longo do século oitavo, a teologia mundial de Israel estava baseada na noção da família divina (panteão). Até esse ponto, a base primária para a identidade social em Israel era a família. Na verdade, em uma sociedade onde a mais alta forma de identificação social era a família, a noção da família divina fazia um sentido considerável como uma metáfora para a divindade. Entretanto, o oitavo século começou a ver uma significativa mudança no status da família como a base primária para a identidade social. Com a derrota do norte, as famílias de lá perderam seus laços com as terras familiares, devido ou à fuga para o sul ou para o cativeiro na Assíria. A invasão assíria em 701 marcou uma erosão adicional da família, pois muitos milhares de habitantes foram levados ao cativeiro. Parece que a identidade familiar estava se deteriorando como a expressão primária de identidade social.

Podemos ver uma manifestação deste desenvolvimento na noção de que os filhos não são mais responsáveis pelos pecados de seus pais (Dt 24,16). Uma cultura com linhagens diminuídas, menos inserida em patrimônios familiares tradicionais devido às mudanças sociais do oitavo para o sexto século, poderia estar mais predisposta tanto a considerar um ser humano individual como responsável pelo comportamento humano quanto para ver uma deidade individual como responsável pelo cosmos. Em outras palavras, um Deus individual fazia mais sentido em Israel depois do oitavo século, enquanto, em tempos anteriores, a família divina teria mais sentido.

Entre desafios domésticos e estrangeiros, vemos o cenário para o desenvolvimento do monoteísmo judaíta. O monoteísmo foi uma interpretação da realidade de Israel à luz dos desenvolvimentos do oitavo ao sexto século. Ele pegou as tradições de Israel e a prática monolátrica e ofereceu uma nova visão de Deus gerada pelos desafios daquela época.

Temos como definição de monolatria⁴⁰ como o culto de uma única divindade dentro dos marcos de um panteão mais amplo. A monolatria expressa a prática do

⁴⁰ Verificar *Diccionario enciclopédico de la biblia*, Barcelona, editorial Herder, 1993, p.702 e 1045

henoteísmo⁴¹. Em sua piedade e prática religiosa, o homem não tem o sentimento de estar em relação com o conjunto de divindades, cuja complexidade e ramificações o desconcerta; mas se sente bem na presença de uma manifestação de poder visível e palpável em um dado lugar e momento. São conhecidas duas formas de monolatria: a primeira: entendida em sentido amplo, se refere ao culto dirigido a uma divindade durante certo tempo e logo a outra; a segunda: faz referência ao culto de um deus a que a comunidade religiosa ou grupo familiar se sentem ligados. Por este motivo, a divindade em questão adquire maior importância, em detrimento dos demais deuses. O culto vivido pelos patriarcas pode figurar dentro deste tipo de prática religiosa, como se mostram as relações estabelecidas entre a divindade *El* e o clã (Gn 24,12.27; 46,1-3) lugares precisos de revelação e bênção (Gn 12,7-8; 16,13.14; 28,12.15)

A monolatria envolve o ambiente familiar – é o deus dos pais que se torna o mesmo deus para os filhos. Nosso texto de pesquisa, em Dt 6,4-9, leva o leitor ou ao ouvinte da época a ouvir, guardar o que ouviu, e transmitir aos filhos que, da mesma maneira, procederão. A idéia envolve a família. *Iahweh* chama para perto, sem que haja olhos para outros, de maneira que seja “consensual” no ambiente familiar. Não é *Iahweh* um Deus individualizado. *Iahweh* é um Deus para o conjunto que possui união sanguínea. Ter apenas um Deus é dar vazão para a concordância. Em uma casa onde apenas exista um Deus, e este é ouvido e obedecido conjuntamente, é uma casa onde é possível estabelecer harmonia e paz, mesmo que os vizinhos tenham muitas outras grandes novidades e variedades em apresentar. No fundo mesmo, importa que a

⁴¹ Forma de religião que privilegia a um deus único, sem negar no obstante a existência de outras divindades. Os textos de Ugarit colocam por diante da supremacia de *El*, deus dos deuses, ainda que não seja mais ativo dentro do panteão cananeu. Assim mesmo, tanto no Egito como na Babilônia, independentemente da existência de um variado panteão, o fiel se sente ligado a uma divindade, ao deus local da cidade, como *Aton* e *Marduc*. A religião dos patriarcas se caracterizava pelo culto aos deuses familiares, ligados principalmente a um indivíduo ou a um grupo que havia elegido como divindades protetoras. Na cabeça, no topo, de tal conjunto se encontra, provavelmente, *El-Xaday*, como apresenta Êxodo 6,3. A aliança entre *El-Xaday* e Abraão, fundada na promessa de bênção como resposta a integridade do patriarca (Gn 17,1-8), ilustra esta corrente de henoteísmo no AT. A religião de Moisés dará consistência a esta superioridade do Deus de Israel sobre os demais deuses (Dt 6,4; Êx 20,3), com a seguinte particularidade do monoteísmo israelita: este se funda em uma aliança e não em uma relação com a natureza do cosmo. Os cuidados, zelo, e ciúme (Êx 20,5) caracterizam a este Deus da eleição. Pode-se pensar que para Israel o passo do henoteísmo para o monoteísmo não foi resultado de uma evolução no interior da fé, mas uma tomada de consciência de ser povo eleito por um Deus, convencimento nascido de acontecimentos tais como a revelação de Êx 3,14 e a libertação do Egito. Este tipo de referência, mais enraizada na história que no mito, explica os desvios que marcaram de forma regular o monoteísmo de Israel. (verifique o Dicionario enciclopédico de la bíblia, Barcelona, editorial Herder, 1993, p. 1045)

linhagem familiar reconheça o Deus que se apresenta. É o Deus que auxilia no ato de unir a família. O ambiente familiar propicia o ato de amar ao único Deus.

Talvez o exemplo mais importante de amnésia israelita sobre divindade seja a identificação de *Iahweh* com *El*. Embora alguns textos bíblicos tenham preservado vestígios da distinção entre os dois deuses, as tradições bíblicas tinham a tendência de ler a distinção como continuidade. Parece que um fator nessa identificação envolvia o nome *El*, que, como a forma simples da palavra para “deus”, poderia ser relido como uma palavra genérica para “o deus”. Porém, no caso de Israel, *Iahweh* era “o deus”. Êxodo 6,2-3 mostra explicitamente que o deus que tinha sido compreendido como *El* (*xaday*) era agora identificado como *Iahweh*: “Eu sou *Iahweh*. Eu apareci a Abraão, a Isaac e a Jacó como *El Xaday*, mas com meu nome *Iahweh* não me fiz conhecer a eles.” Talvez fosse *El* o deus do êxodo, não *Iahweh*. É possível que somente através da identificação posterior deles *Iahweh* veio a ser visto como o deus responsável pelo êxodo.

O monoteísmo bíblico emergente pode ter crescido em parte fora de uma rejeição consciente de deuses estrangeiros e de uma interpretação concomitante das próprias deidades de Israel, como estrangeiras, com exceção de *Iahweh*. Assim como os exemplos precedentes de memória e amnésia cultural, a reinterpretação do passado parece ser um ingrediente básico para gerar o desenvolvimento da compreensão de um Deus único. Este processo de reinterpretação envolveu uma agenda bastante deliberada, especialmente por parte dos autores do Deuteronômio, por exemplo, mas isto não significa que as deidades do antigo Israel fossem deliberadas e conscientemente tornadas deidades estrangeiras.

De modo interessante, o conselho divino não caiu em desuso, mas foi configurado para expressar a nova perspectiva monoteísta, com somente dois níveis de deidades, sendo um o supremo rei do império divino, e o outro o mais baixo grau dos anjos. A idéia do conselho divino no antigo Israel usufruiu de uma longa história literária. Ela durou todo o período monárquico. Por exemplo, o retrato do serafim celestial a serviço de *Iahweh* entronizado aparece no oitavo século num texto de Isaías

6. Esta imagem do conselho celestial continuou até o segundo século (Daniel 7) e depois. Evidentemente que, nessas obras bíblicas, estes anjos não usufruíram do mesmo status ontológico que o rei divino, a quem eles serviam.

Além do mais, nos deparamos com um Deus que proclama sua identidade ao seu povo, no contexto familiar. Em nossos dias, pensamos na importância, ou no valor que há em “fechar” nosso relacionamento com um único Deus, onde toda a família participe e viva nessa condição harmoniosa. Nossa leitura pragmática com os olhos fixos na sociedade enxerga o quanto positivo seria o Deus do pai, ser o Deus do filho, e de toda a família. Não somente pensamos em provar nossa teoria no contexto bíblico, mas estendendo tal experiência no aspecto vivencial.

A monolatria antecede o monoteísmo, e isso dá margem para propormos que enquanto o ambiente monolátrico é a experiência da casa, o ambiente monoteísta é o ambiente da nação. Caracterizamos monolátrico como, uma vez que a decisão é familiar, e nosso texto em questão – objeto de nosso estudo – cita a necessidade de interação entre pais e filhos, o próprio Deus é quem fala, citando Israel, mas penetrando na camada familiar. Será que podemos afirmar que Deus entende Israel como uma unidade familiar? Ou que, igualmente, Deus olha para Israel e enxerga o núcleo familiar que, em um processo aglutinador, forma finalmente a nação? Se sim, a palavra divina vai precisamente em direção ao clã. Porém, caracterizamos monoteísta como uma atitude nacionalista, coletiva, quase politizada em direção à estrutura religiosa desejada por seus chefes, ou pela comunicação recebida do deus adorado.

De qualquer forma, a monolatria nos parece um caminho mais propício para perceber o diálogo. Deus falando com um grupo fechado, familiar, uma situação melhor compreensível em relação à existência e atuação de Deus. Por outro lado, tendo a impressão de que se é a nação a receptora dos mandamentos, estatutos, e normas, há uma correspondência com Deus vivida em níveis generalizados, não tão familiares, ou individualizados.

Capítulo 2 – Tradução literal – Deuteronômio 6,4-9

- 4 ouve⁴² Israel, Javé nosso Deus Javé é um⁴³
- 5 e ames tu Javé teu Deus com o coração teu e com alma tua e com força
tua
- 6 transformem⁴⁴ as palavras estas as quais eu te ordeno hoje acima dos
corações teus
- 7 e inculcarás continuamente aos filhos teus
e falarás delas sentado em tua casa
e andando em teu caminho
e deitando-te e levantando-te
- 8 atarás a tuas mãos como sinal e serão como um frontal entre os teus olhos
- 9 escreverás nos umbrais da tua casa e nas tuas portas

⁴² (*xemá*) qal “prestar atenção”, “entender”, “discernir”, “captar”

⁴³ (*'ehad*), “um só”, “único” no tempo presente e futuro

⁴⁴ *ehai* da raiz, “tornem”

1 – “Ouve” de uma vez por todas

O que antecede 6,4-9 é o início do segundo discurso de Moisés (5,1-11,32), que possui similaridade a 6,4-9 no sentido do imperativo de “ouvir”⁴⁵ *xemá*, bem como servindo como precedente ao grande Código Deuteronômico (12,1-26,15) prolongando-se em 26,16-28,68.

No entanto, 6,4-9 surge como uma manchete, como uma anúncio em meio a tantas chamadas anteriores a “ouvir” (5,1.23-27; 6,3).

O texto (6,4-9) toma a forma essencial da lei. É uma ordem, um recado imperativo que chama o ouvinte/leitor a atentar o que não se deve ignorar. Em meio às palavras catequéticas que o envolvem – podemos considerar que tal lei seja ao mesmo tempo um ensino, nosso texto em questão é visto como o miolo das palavras anteriores e posteriores. É como se todas as perícopes que o circundam, se afunilassem no texto confessional (6,4-9). Os termos das ações baseiam-se em dois: “*ouvir*” de Javé, e “*seguir*” as orientações executando os conselhos. O tempo está no presente e no futuro. Ouve Israel hoje, para que no futuro ou a partir de então, pratique os mandamentos continuados.

O texto não possui a forma de recomendação, mas indica um ultimato, chamando seus “leitores-ouvintes” para sua mensagem sentencial. Não é a conclusão do livro deuteronômico, mas é o momento onde todo o texto dirige seu olhar. A atenção requerida provoca uma mudança no olhar do povo de Israel que, a partir de então, vive sob o olhar de apenas um foco – o Deus “um” que olha é o único que observa.

O lugar do texto de Dt 6,4-9 está no âmbito familiar. Não existe a presença do templo neste momento, mas tudo acontece dentro de casa. A situação é de exílio, dando-nos a impressão de que o templo não possui mais, ou não ainda, o lugar de destaque como base para a interpretação e observação das palavras de Javé. O lar é o lugar de

⁴⁵ Conferir Dt 5,1.23-27; 6,3

ensino, onde as ações partem dos pais em direção aos filhos, dando-lhes conhecimento de todas as coisas – um ensino que ressalta questões nacionalistas referentes à vida do membro da nação, bem como questões religiosas que se concentram na exclusividade de Javé. Diante do papel de mestres que os pais adotam, a casa toma seu direcionamento em rumo à definição do lugar de recepção das palavras vindas de Deus. Pensando na razão enfática do texto em destacar o único Deus, é notório que o politeísmo também é uma realidade dentro e fora das casas, pois, quando o assunto é divindade há diversos espaços para crença.

O texto localiza-se no período exílico, entre o oitavo século e o sétimo (rei Ezequias 716-687 e Josias 640-609). Foi um momento onde o texto foi revisto, acrescentado e reeditado nesse período de reformas. É no exílio que Dt 6,4-9 vem como uma preparação para um novo tempo religioso, uma reforma, um renascimento religioso tendo a concepção de Javé como “um”. O olhar de convicção do autor, ao lado do povo exilado, fez suscitar o texto. Daí vem a valorização do lar que envolve a instrução dos pais aos filhos, que envolve o despertar do sentimento do povo ao Deus único. O que percebemos é que a casa é intimista, portanto, o Deus da casa é bem vindo ao lugar onde Ele se sente bem. Levando-se em conta que, nesse contexto exílico, o Deus de Israel não é uma divindade de templos ou lugares formalizados, mas se concentra e se faz presente no ambiente aconchegante do lar. Talvez isso nos dê margem para pensarmos mais a respeito do lugar de Javé – o local onde Ele mais se sente a vontade é o local onde tudo nasce. Javé nasce do núcleo familiar. As figuras paternas e filiais representam relações de vínculo, afeição, submissão. O lugar da família fala por si mesma sobre quem Javé significa para seu povo. O ambiente expressa a mensagem.

Entre o Decálogo e o Código Deuteronomico surge uma manchete com característica enfática. Contou-se a história anteriormente e, para iniciar o Código (cap. 12-26) com suas restrições e normas, o nosso texto aparece e entra na casa, expõe Javé que é “um” *'ehad* e seu sentimento que envolve todo o coração e alma, para então justificar a exclusividade do Deus do povo que nasce na casa; daí o Código surge bem amparado.

Igualmente ao primeiro discurso, o segundo retoma inicialmente a história passada de Israel, indo desta vez ao encontro da teofania do Horeb e ao Decálogo. Este discurso parece ter existido à parte, sob diversas formas combinadas aqui, e ter sido utilizado para fins catequéticos e cultuais antes de servir de introdução ao Código Deuteronomico. Depois da retrospectiva histórica vem a parte catequética, que é indicada por Dt 5,32-33, dando seqüência de pequenos desenvolvimentos homiléticos que resumem o espírito da religião deuteronomica.

O texto de Dt 6,4-9 ampara os discursos de Moisés, bem como oferece a razão e motivo do Código Deuteronomico. É um texto que provoca silêncio em meio ao efeito dos discursos. Dt 6,4-9 silencia por impressionar o povo, uma vez que Israel nota que Javé busca por atenção dedicada. Temos aqui a manifestação de Javé ao povo, onde Ele deseja ser ouvido, amado, lembrado, e memorizado. Notamos o Deus Javé chamando a atenção do povo para si mesmo. Javé está falando por meio do texto. Há uma exigência de exclusividade, diante de um sentimento de pertencimento por parte de Javé. É como se Deus dissesse: “Eu pertenço a vocês, e vocês me pertencem”.

2 – Ouve Israel - (6,4-5)

Nossa palavra central aqui é “ouvir”, “escutar”, “prestar atenção”, “captar” o que o outro disse. A palavra *xemá* traz um som formoso, de conotação forte, sendo uma notícia, uma informação que se escuta da parte de alguém. Tal verbo nós “escutamos” fortemente nos livros narrativos e de sabedoria, porém, com mais ênfase no Deuteronomio. Isso porque a lei carece ser ouvida e captada, para que a aliança entre Javé e Israel se mantenha.

Mas não é um “escutar” ou “ouvir” qualquer, mas sim, é um ato absoluto onde o ouvinte atende o que ouve, obedecendo, assim, o que escutou – “Ouve!, escutai!,

atenção!”. Nosso “ouvir” é um pedido que se preste atenção⁴⁶ e que haja uma reação diante do pedido. É necessário que haja resposta ao “ouvir”, no entanto, a resposta não é uma outra fala seguida, mas é uma compreensão que não mais se abandona. O “ouve” é respondido havendo silêncio nas palavras; porém, é com o coração, alma, e força que se responde com sentimento de amor. Não é, por outro lado, um grito, não é apenas uma notificação sobre um determinado assunto, mas é um convite a uma apreensão sobre o que se ouve.

A mensagem indica que Israel deve “ouvir” para que seus filhos também ouçam. Dá-se a entender que o escutar que se apreende possibilita uma sustentação daquilo que se ouviu: “Javé nosso Deus é um” de tal forma que as gerações futuras também escutarão. É uma manchete que tem como intenção ecoar em toda a casa. Nós estamos diante de uma manchete a ser reproduzida pelos primeiros que a escutam – os pais, os chefes. O “ouvir” nasce de uma pré-concepção a respeito do ambiente onde é possível e propício ouvir: *a casa*. A sugestiva observação do texto é que ele percorre a vida caseira. “Ouvir” na casa indica momentos de atenção, de tempo para captar, guardar, apreender, reagindo ao que se ouve. A idéia é de fazer-se ouvir sentado em casa. O nosso texto é catequético e provido de sabedoria, como também caminha em forma e estilo de conselho, ou uma ordem que antevê solução. Não bastaria apenas ser uma ordem, mas o que nos dá a impressão é de traduzir-se em uma apresentação do Deus Javé à família. É importante salientar que nosso contexto é de muitas famílias com muitos deuses. É um ambiente divinamente mesclado, onde há lugar para deuses de qualquer origem.

O texto chega como um aviso, como uma manchete, algo que circula nas mãos do povo, das casas, trazendo uma novidade que provocará estrondo. Quando pensamos no texto como uma ordem em forma de manchete “ouve Israel” atentamos que o nosso texto em questão é uma ratificação do primeiro discurso de Moisés, sobretudo em relação ao início dos mandamentos – exclusividade de Javé. Estamos diante de uma afirmação enfática onde a atenção e a compreensão são requeridas. O texto onde inicia “ouve Israel” é uma conclusão sobre, finalmente, quem é Javé “um” – como se lêssemos

⁴⁶ O mesmo pedido de atenção conferimos em Gn 4,23; 23,8; Nm 16,8; Dt 27,9; Is 1,2; Zc 3,8

e ouvíssemos: “De uma vez por todas: ouve Israel”. É sem dúvida uma mensagem para parar e ouvir, tamanha sua importância.

Há um personagem distinto no texto que é alguém que ouve. O texto é endereçado, uma vez que possui um destinatário, ou alguém que deva escutar com muita atenção. Não é uma manchete para quem passa na rua, ou caminha no meio da praça, nos dando a impressão de que se trata de palavras alheias para quem quiser ouvir, mas destina-se especificamente a um conhecido: Israel, que é aquele que ouve. O destinatário tem nome e possui comprometimento com Javé. A mensagem ou manchete fala apenas para um povo que possui apenas um Deus. Temos aqui uma íntima confissão.

Mas, de fato, quem é este conhecido que deve ouvir com apreço? Enquanto se vê Israel como uma liga tribal submetida à lei divina, que não pode ser considerada simplesmente como “um povo” nem como “um estado”, e ainda, sabendo que o nome Israel não constitui originariamente um conceito político, ficamos com a compreensão de que Israel possui um conceito, senão, religioso. O que liga *Javé nosso Deus* “um” – que provoca ouvidos atentos – a um grupo com nome Israel é sua intensa relação religiosa. Israel é povo enquanto comunidade religiosa que tem por missão transmitir as tradições acerca das fundamentais intervenções divinas na história; por isso, sobrevive como uma comunidade de Javé⁴⁷.

O Israel que ouve é o Israel que conhece Javé. Não é um deus desconhecido que aparece com uma mensagem para um povo desconhecido. Há uma convicção de que “Javé é nosso Deus” – é consensual sua existência e reconhecimento diante do que fez – e tal certeza nos comunica que Israel é familiar ao Deus que é “um” *’ehad*, que por tal motivo deseja ser ouvido. Podemos, talvez, considerar como um resgate da verdadeira compreensão e sentimento que Israel nunca deveria ter abandonado em relação ao Deus já conhecido.

⁴⁷ GERLEMAN, G. *Diccionario Teológico manual del Antiguo Testamento – Tomo I*, Madrid, Ediciones Cristiandad, 1978, p. 1077

Pelo texto, Israel está ligado, ainda que não prontamente, ao Deus que é “um”. As relações de Israel com a religiosidade no seu próprio contexto são diversificadas. Não há pelo que parece uma aliança sólida da parte de Israel, uma relação fidedigna entre Israel e Javé, vinda da parte do povo, mas sim, uma simpática relação com o politeísmo, que abocanhou Israel e reteve sua atenção.

“Javé é o nosso Deus” – o “nosso” identifica o Israel que necessita ouvir com atenção. É o próprio Israel que fala na pessoa do escritor. Trocando em miúdos, a fala transmite a mensagem que diz que “escutemos nós o nosso Deus que é um.”

O “ouvir” do texto diz respeito ao ouvir o “Deus agindo”⁴⁸. Não se pode ouvir o silêncio, muito menos escutar com atenção e compreensão alguém ou algo que não se movimenta, ou faz tudo movimentar. Ouvir ou prestar atenção a um deus que não age é não captar nada. Javé é um Deus que age, pois assim pode ser ouvido. A questão é: “Ouve Israel” o quê? A resposta é “*Javé* nosso Deus é um”. A missão de Israel, mediante a manchete pronunciada é de ouvir Javé. Não se deve ouvir apenas o recado do texto, mas atentar a ação de Javé que se apresenta como “um” em sua identidade, e “um” nas ações que executa. O “Deus que age” tem muito a falar, pois o agir de Javé diz muito diretamente aos olhos do povo de Israel – não há outro quem tenha uma identidade tão forte quanto o Deus de Israel, nem ao menos um que haja como Ele. O “ouvir” é duplo: quem Ele é, e o agir contínuo, único e forte.

⁴⁸ JENNI, Ernst, *Diccionario Teológico manual del Antiguo Testamento – Tomo 1*, p. 969 – Há, sem dúvidas, uma raiz semítica que se aproxima mais que qualquer etimologia árabe a região sinaítica em meados do segundo milênio: trata-se da raiz documentada em hebraico (“*hyh*”) e em aramaico (“*hwh*”), que significa “ser, chegar a ser, manifestar-se, originar” o semelhante. O HIFIL causativo deste verbo, que nos levaria ao significado “o que mantém o ser”, não está registrado em nenhum lugar; por isso parece que devemos nos limitar praticamente ao modo QAL “EU SOU, se manifesta atuante”

3 – Nosso Deus é *'ehad* “um”

A numeração “um” é a nossa grande questão. A afirmação do texto faz refletir a respeito da unicidade, suficiência, e completude do Deus Javé. Existem muitas expressões no vocabulário do Deuteronômio as quais são diversas vezes repetidas, mas *yhvh 'elohenu*⁴⁹ *yhvh 'ehad*, “Javé nosso Deus, Javé é um”, não está entre estas expressões⁵⁰.

O entendimento de *'ehad* em 6,4, baseado na releitura do Decálogo em Dt 5, serve como compreensão para a afirmação de que Javé é “um” Deus, sendo somente para Israel. Podemos notar este paralelo em Dt 32,12 “Javé *somente badad*⁵¹”. Evidentemente que isso não nega ou despreza a existência de outros deuses, mas mostra a capacidade e suficiência necessárias que se encontram em Javé. Segundo Lohfink e Bergman⁵², é provável que *'ehad* sugira uma conotação emocional. Porém se a conotação for emocional não cremos que venha desacompanhada, mas acompanha ou complementa o que de fato *'ehad* significa. A real sugestão é que de fato Javé é “um”.

Podemos compreender também que tal expressão possui poesia, como quando no oitavo poema em Ct 6,9 onde existe a amada querida como “uma” *'ehat*⁵³, que exemplifica a atenção, o valor e dedicação do amado no poema. Vemos o sentimento de exclusividade, fidelidade e total amor.

Javé é de Israel somente, e somente deve ser Javé o Deus de Israel. Existem inúmeros deuses que rodeiam a casa e a vida do povo de Israel, mas o olhar dedicado e fiel somente deve possuir olhos para “um”. A consequência lógica no reconhecimento

⁴⁹ (*'elohenu*) = a afirmação é que o Deus (*'ehad*) é nosso – um para todos, todos para um.

⁵⁰ BOTTERWECK/RINGGREN, G.Johannes, Helmer, *Theological Dictionary of the Old Testament – vol. I*, Michigan, William B.Eerdmans Publishing Company, 1977, p.196

⁵¹ (*badad*) qal “só, solitário”, somente”

⁵² BOTTERWECK/RINGGREN, G.Johannes, Helmer, *Theological Dictionary of the Old Testament – vol. I*, p. 196

⁵³ (*'ehat*) “uma”; feminino de (*'ehad*)

de Javé como “um” é o amor totalmente dedicado. Outro fator é que Javé escolheu Israel – Jacó e isso transmite um estado de apropriação – apenas Javé tem o direito sobre o povo que ele escolheu.

Unicidade e totalidade pertencem ao mesmo círculo semântico⁵⁴. A visão é de que há “um” que, ao mesmo tempo, seja “total”. O reconhecimento de “um” Deus apenas lhe dá o direito de amor exclusivo⁵⁵. No entanto, é interessante notar que não é apenas sentimento, mas um amor racional que se expressa de forma organizada e hierarquizada. É como na relação entre os filhos e os pais – os filhos devem o amor aos pais por sinal de gratidão e obediência. Há uma necessidade de amor que confirma as duas partes e as identifica – um sentimento maduro entre um Deus e seu povo, esta é a expectativa.

A compreensão em “ouvir”, somente se torna clara quando se ouve apenas “um”, como se houvesse um olhar fixo ou uma atenção exclusiva e dedicada, permitindo uma absoluta compreensão. Fica impossível ouvir – no sentido do *xemá*⁵⁶ – muitas vozes vindas de muitos lugares, muitas orientações que nem sempre sejam coerentes ou coincidentes, e no caso de escutar muitos deuses.

O “ouvir” exige atenção e ao mesmo tempo total exclusividade, não podendo, quem está ouvindo, distrair-se enquanto “um” apenas fala. Israel ouve o que lemos no texto, e ouve também o seu Deus. A leitura é textual, mas é também vivencial – basta olharmos para as ações, no contexto familiar, encontradas em 6,4-9 que perceberemos uma experiência vivencial com Javé.

A relação entre o povo e Javé é inspirada por aquilo que o povo ouve, ou seja, o que o povo escuta no texto deuteronomico escrito e lido, bem como escuta diariamente

⁵⁴ SÁNCHEZ, Edésio, *Deuteronomio – Comentário Bíblico Iberoamericano*, p. 191

⁵⁵ O livro de Deuteronomio é o primeiro que trata extensivamente o tema de amor do homem a Deus, e que expõe o conceito a partir da família.

⁵⁶ (*xemá*) qual “prestar atenção”, “entender”, “discernir”, “captar”

o Deus do texto de Deuteronômio. Mas o que precede, prevalecendo e sustentando o relacionamento é o Deus *'ehad* indicado.

A afirmação de que “Javé nosso Deus é *um* *'ehad*” rege todo o texto em estudo. Tal afirmação é a parte mais intensa do texto, pois define com quem o povo de Israel deve atentar-se. É o momento quando há um destaque, onde todos percebem sua importância. É a primeira parte da manchete que se tornará, para o povo, uma confissão. Inicialmente lê-se uma ordenança, uma incumbência em observar, ouvir, escutar – é uma ação a ser realizada; em seguida há uma definição no texto: *Javé, nosso Deus é “um”*. Javé é definido em número – há uma indicação quantitativa, normativa ou imperativa de que Javé é “um”.

A unicidade e a totalidade de Javé condicionam as ações e sentimentos que continuam no v.5 do capítulo 6, em diante. O que antecede o v.4 é uma ordenança em observar os mandamentos, as normas, os estatutos de Javé (v.2). O imperativo é para o homem, seus filhos, e seus netos, em todos os dias e circunstâncias da vida – aqui observamos que Javé visita as gerações. É “um” Deus que visita o pai, o filho e o neto. Mediante o texto no v.2 Javé é o que prolonga a vida na descendência. O prolongamento se faz na observação dos mandamentos na vida dos descendentes. Quem se prolonga na verdade é Javé na vida dos descendentes. O Deus *'ehad* é “um” no pai, nos filhos, e nos netos. Passa a geração e Javé continua sendo *'ehad*, a geração conduz consigo o *'ehad*. São os descendentes que autenticam o Deus “um”, pois o reconhecimento de quem é Javé se dá por uma prova testemunhal. É notório, então, que as gerações são muitas, mas o Deus é *'ehad*.

Na medida em que o texto caminha do v.4 em diante, nota-se a ordem em que é comunicado a necessidade de envolvimento com Deus *'ehad* em todos os sentidos da vida. A confissão como um “texto de bolso”, inseparável, requer um amor que envolve sentimento – coração *leb*⁵⁷, emoção – alma desejosa *nefex*⁵⁸, e esforço – força (*meod*⁵⁹).

⁵⁷ da raiz (*bel*) “coração”; comum a todas as línguas semíticas, sendo que em Deuteronômio e na obra deuteronômica, quase exclusivamente (*lebab*)

⁵⁸ (*nefex*) “garganta”, “respiração”, “alma”, e “desejo”

⁵⁹ (*meod*) como substantivo masculino “força”, “poder”

A primeira categoria da confissão é o coração. O coração é dedicado tão somente para “um” Deus. Ao mesmo tempo, as palavras de Javé se dirigem ao coração como única verdade, de maneira que revelem além do sentimento⁶⁰, tomando a forma de uma clara e específica convicção, algo que é racional e que estabelece uma decisão.

A relação familiar é simples: o pai induz ao filho a gravar, inculcar⁶¹ as palavras de Javé. É uma insistência para que haja uma total e absoluta compreensão das palavras do *'ehad*. Vemos aqui uma ação de objetivo nacionalista que engloba convicção religiosa, ou, ao mesmo tempo, uma ação de objetivo religioso que engloba uma postura nacionalista. O Deus que é “um” necessita ser incansavelmente compreendido. Tanto é real que a transmissão das palavras de Javé, segundo nosso texto, se dá em quatro situações aparentemente distintas – “falarás delas [*palavras de Javé*] sentado⁶² em tua casa”; “e andando⁶³ em teu caminho”, “e deitando⁶⁴ e levantando-te⁶⁵”.

O convite a ouvir é uma afirmação indicando que se trata de conquista de liberdade. É percebido o encontro e o convívio com o Deus identificado. Javé é o “nosso Deus” que pode ser identificado. Em tal convívio onde se ouve Javé, se experimenta suas palavras com sentimento – *com o coração e alma*; e com a razão – *acima dos corações teus*. Nota-se que é uma experiência com Javé onde a liberdade se expressa, indicando que se encontra nas ações que descrevem o estar sentado, o momento em que está andando, bem como momentos de deitar e levantar; todos os momentos que giram em função da atenção das palavras de Deus. A liberdade se encontra nos momentos de ação, nas situações corriqueiras da vida, sem que haja aprisionamento – um Deus lembrado e vivido em meio às circunstâncias da vida.

O Deus *'ehad* é livremente lembrado e celebrado fora dos padrões culturais, sobretudo dentro dos padrões do cotidiano da vida familiar onde nos deparamos com a liberdade. O que parece ser uma relação aprisionada, onde afinal temos a presença de

⁶⁰ (*al*) preposição “sobre”, “acima de”, “em cima de”

⁶¹ (*xināneta*) pi “dizer sempre de novo”, “inculcar”

⁶² (*xbt*) qal “sentado”, “descansado”, “parado”

⁶³ da raiz (*qum*) qal “levantar-se”, “erguer-se”, “ficar de pé”

⁶⁴ da raiz (*xkb*) qal infinitivo “deitar-se”, “estar deitado”

⁶⁵ da raiz (*qum*) qal “levantar”

“um” Deus dialogando com “um” povo – seu povo, na verdade temos uma relação aberta, ainda que marcada por fidelidade exigida da parte de Javé, mas há uma relação livre durante os variados momentos da vida familiar. A fidelidade ao Deus *'ehad* é o caminho que conduz à felicidade. É aberta uma vez que não se fecha no templo, na liturgia cultural, na obrigatoriedade do sacrifício.

A realidade é que há um anseio familiar. É perceptível que o Deus declarado “um” chega como algo imperativo, como algo incondicional, ou seja, apenas Javé, no entanto, ao mesmo instante, é motivo para que os da casa sintam-se assegurados. O que se torna palavra de lei torna-se, igualmente, palavra de conforto e segurança – nota-se a possibilidade de assimilação da família em encontrar-se, verdadeiramente, com o Deus da proteção, da força, e da liberdade.

O anseio é satisfeito uma vez que o Deus “nosso” – na demonstração de apropriação, possui nome e é distintamente identificado. É o sentimento de apropriação que invade o coração da família. A casa tem por onde caminhar, uma vez que há palavra, preceito vindo deste Deus, e que engloba o sentar, andar, etc. A confissão no texto é um grito de liberdade, basta pensar que a mensagem dada ao povo conota a existência de direção, de um caminho a seguir. Na ordenança contida no texto, o povo, na célula familiar, se vê amparado.

É como se Deus houvesse, definitivamente, chegado dentro da casa. Javé não é estranho ao povo, ainda que a realidade fosse exílica, porém, tal confissão traz a clara percepção de se ter encontrado Javé. É alívio à casa que caminhará com essa palavra, atravessando gerações. O texto apresenta um legado seguro, estável ao povo que perdera a concepção de Deus.

Capítulo 3 – Quem é Javé

A pergunta se concentra agora em quem é Javé? A afirmação de nossa confissão no texto é que “Javé nosso Deus Javé é um”. Quem, então, é este “um”? Para a realidade do Primeiro Testamento, o Deus único bastava na compreensão monoteísta. Para o contexto cristão o Deus único se divide, mas continua único. A tensão está em sustentar o Deus Javé que se mistura em suas três Pessoas, mas é percebido sem divisões em sua única natureza. A beleza existente na visão cristã é enxergar e conviver com a realidade do Deus Javé, encontrado na Pessoa do Filho e do Espírito, sem deixar de ser o nosso *'ehad*.

1 – Um Deus *'ehad* a ser encontrado no Pai, no Filho, e no Espírito

Primeiramente, Pai. O Pai só existe porque existe o Filho; o Filho só existe porque existe o Pai. Ambos se relacionam e aparece o Espírito Santo. O Espírito, como a palavra diz, é o Sopro; Ele é o Sopro do Pai e do Filho, um na direção do outro⁶⁶.

É impossível falarmos sobre o Deus Javé indicado em Deuteronômio, sobretudo, sendo sua unicidade o tema de nosso trabalho, sem falarmos de Suas Três Pessoas. Caso ficássemos com o Deus *'ehad* de nosso texto em Dt 6,4-9, por certo afirmaríamos que a religião judaica já teria, desde sempre, as respostas sobre Quem é o Deus único. Mas somos provocados a pensar que o Deus de Deuteronômio, afirmado como “um” somente, nos é apreciado e crido como “um” em comunhão de três Pessoas divinas, e divinamente unidas. Portanto, nossa caminhada percorre os caminhos da anunciação do evangelho, que serviu de palco para “boas novas” sobre o Deus único, mas presente ontem, hoje e futuramente.

⁶⁶ BOFF, Leonardo, *A Santíssima Trindade é a melhor comunidade*, Petrópolis, Vozes, 2004, 9ª. edição. A frase é parte do prefácio da edição do ano de 2009, p. 13

O ensino a respeito da imagem de Deus na humanidade tem sido visto por muitos⁶⁷, como uma indicação da Trindade. Genesis 1,27 traz:

“Criou Deus, pois, o homem à sua imagem,
à imagem de Deus o criou;
homem e mulher os criou.”

Alguns argumentariam que temos aqui um paralelismo não apenas nas duas primeiras linhas, mas nas três. Assim, “homem e mulher os criou” seria equivalente a “criou Deus, pois, o homem à sua imagem” e a “à imagem de Deus o criou”. Por esse raciocínio, a imagem de Deus no homem – genérico – deve ser encontrada no fato de o homem ter sido criado macho e fêmea. Isso significa que a imagem de Deus deve consistir em uma unidade em pluralidade. De acordo com Gn 2,24, homem e mulher devem tornar-se um *'ehad*; exige-se uma união de duas entidades distintas⁶⁸. É significativo que a mesma palavra é usada para Deus no *xemá*, em nosso texto de estudo.

Em algumas partes da Bíblia, as três Pessoas são associadas em unidade e aparente igualdade. Uma delas é a forma batismal conforme prescrita na grande comissão (Mt 28,19.20): “batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo.” Nota-se que “nome” é singular, embora haja o envolvimento de três Pessoas. Notamos, portanto, que o Novo Testamento se encarrega de nos demonstrar indícios da deidade e da unidade das três Pessoas, onde tal doutrina foi formulada pela igreja, na conclusão de que tal afirmação possui seu completo sentido.

A Santíssima Trindade é eterna, não teve começo nem terá fim. A Trindade jamais começou. Sempre existiu, desde o princípio e eternamente; jamais deixará de

⁶⁷ ERICKSON, Millard J., *Introdução à Teologia Sistemática*, São Paulo, Vida Nova, 1997, p. 132

⁶⁸ BOTTERWECK/RINGGREN, *Theological Dictionary of the Old Testament – vol.1*, p. 198 – verificar a proposta do autor em traçar o paralelo entre a união das “duas carnes” entre o homem e mulher, com a relação entre as Pessoas da Trindade. Ainda neste trecho é citado o texto de Malaquias 2,15 referindo-se a união fidedigna entre o casal que se tornam “um”.

existir. Deus existe eternamente como três Pessoas – Pai, Filho e Espírito Santo – e cada Pessoa é plenamente Deus, e existe só um Deus⁶⁹.

A palavra *Trindade* não se encontra na Bíblia, embora a idéia representada pela palavra seja ensinada em muitos trechos. *Trindade* significa “tri-unicidade” ou “três-em-unicidade”. É usada para resumir o ensinamento bíblico de que Deus é três Pessoas, porém um só Deus⁷⁰.

A Trindade se revela assim como é: como comunhão do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Os Apóstolos e os primeiros cristãos descobriram que Deus-Pai estava presente agindo na criação, na história e nos textos bíblicos, os quais eles foram detentores. Discerniram que em Jesus de Nazaré estava o próprio Filho de Deus aí encarnado. Testemunharam que o Espírito Santo atuava na história com suas mudanças e na comunidade, movendo os corações das pessoas para reconhecerem a Deus como Pai e aceitarem a Jesus como o Filho de Deus que nos salvou por sua vida, compromisso com a justiça e o amor irrestrito, por sua morte e ressurreição e que continuava a penetrar na história para levá-la ao seu fim bom. Chamaram Deus a estas três presenças, sem com isso cair no politeísmo ou trair a fé num só Deus. Deus a partir de agora será compreendido como Trindade, quer dizer, como comunhão do Pai, do Filho e do Espírito Santo, sendo um só Deus de amor, de vida e de comunicação. A Trindade do céu corresponde à Trindade da Terra⁷¹.

A fé do Antigo Testamento, dos judeus, dos muçulmanos e comumente dos cristãos, é que Deus estaria fundamentalmente só, porque há somente um Deus. No entanto, é necessário pensarmos que a nossa imagem e semelhança é originada na Trindade. Tal afirmação nos conduz a adotarmos uma consciência de que somos seres comunitários, partindo da compreensão que a Trindade Divina é comunitária⁷².

⁶⁹ GRUDEM, Wayne, *Teologia Sistemática*, São Paulo, Vida Nova, 1999, p. 165

⁷⁰ GRUDEM, Wayne, *Teologia Sistemática*, p. 165

⁷¹ BOFF, Leonardo, *A Santíssima Trindade é a melhor comunidade*, Petrópolis, Vozes, 2004, 9ª. edição, p. 157

⁷² BOFF, Leonardo, *A Santíssima Trindade é a melhor comunidade*, p. 26

A fé cristã afirma a existência de um Deus, compreendendo que as três Pessoas se encontram no calor na unicidade. É sem dúvida um desafio a fé cristã expressar seu entendimento a respeito de um Deus que não se fragmenta, ainda que se caracterize em três Pessoas. Mas o Deus único cristão é percebido na unidade da comunhão entre Eles.

O Gênesis narra que o ser humano foi criado à imagem e semelhança de Deus (Gn 1,27). Tal afirmação traduzida pelos cristãos revela que cada pessoa humana expressa traços da Santíssima Trindade. Uma das primeiras pistas é o mistério que há no ser humano, em igualdade com o mistério que há em Deus. A realidade é que o ser humano não se desvendou completamente, sendo forçado a conviver com um mundo ainda não explorado em si mesmo. Tal percepção revela a Pessoa misteriosa do Pai. O mesmo ser humano se expressa em suas idéias, buscando a verdade, indo de encontro ao que é correto a respeito de si mesmo. Tal percepção revela a Pessoa do Filho, onde a Verdade subsiste e a Palavra se revela da parte do Pai. A pessoa além de se conhecer, ela também ama. É o desejo de unir-se às outras pessoas. O Espírito Santo é o amor dentro da Santíssima Trindade. A Pessoa do Espírito une Pai e Filho. Pelo Santo Espírito se revela entre as três Pessoas uma união de comunhão e de amor eternos que sempre as entrelaça⁷³.

A relação familiar humana vai de encontro ao modelo familiar existente na Trindade. É uma busca pelas bases de harmonia, mutualidade, interesses e outras, que aponta para aquilo que a Santíssima Trindade representa e como se sustenta.

A compreensão de que o Deus Javé é “um”, ainda que composto pelas Pessoas do Filho e do Espírito Santo, indica uma comparação em termos de unidade familiar, em termos de conceito de comunhão, indo contra qualquer tentativa de se pensar que em Deus e nos seres criados, há solidão. Podemos comparar a realidade onde a unidade da família no povo de Israel recebe e escuta quem é Javé. A unidade da família quando reunida para “escutar” as palavras de Javé, é percebido conforme o nosso texto de Dt 6,7 nas duas primeiras linhas de nossa tradução:

⁷³ BOFF, Leonardo, *A Santíssima Trindade é a melhor comunidade*, p.76 – neste trecho, Leonardo Boff traz uma contribuição sobre uma das maneiras de compreender a Trindade, fazendo alusão ao teólogo Santo Agostinho, que foi um dos que mais pesquisou sobre o assunto, segundo o mesmo autor.

“e inculcarás continuamente aos filhos teus
e falarás delas sentado em tua casa,”

Tal comunhão familiar somente é possível onde e quando há unicidade. As atenções se encontram, se unificam, de maneira que não percebemos mais a atenção de um filho ou outro especificamente, ou somente dos pais, mas é a família que se coloca atentamente diante das Palavras de Javé – uma atenção única, unificada, em direção ao Deus Javé único.

A idéia é pensar que Javé, sendo único, porém, composto pela presença do Filho e do Espírito, possui apenas uma Palavra que unifica as pessoas da casa onde Ele é Deus. A impressão exata é que a comunidade humana é sempre convidada a participar da comunidade divina. O homem não é impelido por Deus para tornar-se um ser comunitário, sem que Deus o seja igualmente. A sugestão divina é que a comunidade humana busque entre si aquilo que a comunidade divina desfruta. Temos a percepção clara de que a comunidade dos homens é imagem e semelhança da comunidade trinitária, não em sua natureza, mas em seus interesses, intencionalidade, e principalmente em amor. Portanto, não é possível pensarmos em um Deus *'ehad* que não desfrute de sua própria comunhão, e que ao contrário, esteja caminhando com os homens em sua própria solidão. O Deus Javé *'ehad* não é um Deus solitário. Ele é “um”, mas não é solitário. Entendemos que o *'ehad* divide sua presença com Aqueles que possuem sua mesma natureza, que são exatamente iguais, porém, distintos.

Entendemos que o Deus trinitário é amor. O amor que há em Deus se expressa e é experimentado interiormente. Ou seja, a realidade de amor vivencial entre as três Pessoas é transferida aos que são sua imagem e semelhança. Não poderíamos ser imagem e semelhança de um Deus que não saberia como é o sentimento de partilha. Mas somos identificados como família, diante da família trinitária que nos antecede. A fidelidade que o autor do Deuteronômio exige do povo, brota de uma consciência de que onde há amor, há aliança de fidelidade. Ou seja, é o Deus único, comunitário e

amoroso entre si, que exige uma constante preservação ao amor e atenção da parte do povo para com Ele.

A intenção no texto de Deuteronômio é espantar outros deuses que não pertenciam à história do povo de Israel, mas estavam sendo reverenciados. Nenhum deles tinha a natureza que Javé possuía, portanto, o recado é que apenas Javé é “um”. Na tradição do Antigo Testamento outros deuses não são colocados na mesma disposição onde Javé está. Já nos textos do Novo Testamento onde a comunidade cristã se encontra abençoada por Jesus de Nazaré, nota-se a existência trinitária do Deus Javé.

Pensando ainda na comunidade que espelha a Trindade, a afirmação é que o *éthos* social comunitário recomendado ao indivíduo se constrói sobre a noção de que todos os que professam da mesma fé e tradição na comunidade são irmãos e irmãs. Javé quer que todos sejam “irmãos” (cf. Dt 15; Lv 25): isto é definitivamente um conceito da esfera familiar e do clã, que predominava. Agora esse conceito é adotado pela comunidade confessional, onde permanece até hoje.

Diante disso, se todos são irmãos e irmãs, Javé é considerado como “pai” de todos⁷⁴. Também essa designação reflete a comunhão pessoal e íntima de pessoas aparentadas. O modelo de paternidade em Javé abre espaço para que o próprio Javé seja considerado como “Pai”. O assunto do nosso texto, que é levado ao espaço da casa, é um assunto familiar. “Um” Deus que entra na casa influenciando todos, fazendo parte da rotina familiar, é um Deus que toma partido na posição de “Pai”. Aliás, o Deus que fala para a família (o povo de Israel ouvindo Javé dentro de casa, ou no contexto familiar), fala na posição de família, ou seja, o Filho e o Espírito falam também. As palavras do Filho, no ambiente neotestamentário, são lidas e ouvidas, e as palavras do Santo Espírito são sentidas e comunicadas. Hoje, não conseguiríamos afirmar que somente Javé, o Deus único, o Pai solitário, nos comunicaria algo sem a presença e participação da família trinitária. A comunidade familiar divina entra na casa para falar com a família, na reunião entre as pessoas da mesma casa, ou de uma comunidade onde todos têm a compreensão de Deus.

⁷⁴ GERSTENBERGER, Erhard, *Teologias no Antigo Testamento*, São Leopoldo, Sinodal, 2007, p. 268

Na verdade, o Deus dos pais é o Deus dos filhos. O Deus de Abraão tornou-se o Deus de Isaac, como o de Jacó⁷⁵. A transição do Deus dos pais para os filhos é no mínimo coerente. A família assiste a atuação do Deus que caminhou no passado e que caminha no presente. Em determinados momentos, Javé foi percebido na vida dos pais, que fizeram com que as futuras gerações voltassem sempre ao Deus dos antepassados. Poderíamos dizer que é uma questão de confiança, quando no pensamento era indicado que: afinal, é o Deus dos meus pais – “a fé não pode falhar”; ou talvez, o fato está na falta de opção já que é o Deus que tanto se ouve falar em casa, que já se conhece pelos testemunhos dos pais; mas não podemos descartar que pode, também, ser uma escolha racional. No exemplo, vemos Jacó no momento de seu sonho (Gn 28,10-22), quando ele afirma uma aposta: se Deus guardá-lo no caminho, se lhe der comida, roupas, segurança para voltar para casa, então Javé será seu Deus (Gn 28,20-22). Jacó já conhecia Javé, mas faltou uma aliança pessoal.

É justamente na concepção de que Javé é “Pai”, que torna possível percebê-lo na dimensão familiar. Olhando para a condição existencial de outras divindades, quando pensamos em um deus que seja pai, parece que esse deus perde alguma autoridade. O pai está próximo, mas um deus se comunica de longe, preservando a distinção entre a natureza humana limitada e a majestade, força e poder atribuída ao deus adorado.

Fazendo uma leitura da relação do divino com o humano, a figura original da divindade não combina com paternidade, devido o distanciamento existente. Na linguagem da religiosidade, há o espaço entre o sagrado e o profano. Tal realidade distancia possíveis afetividades, sobretudo familiares. No entanto, encontramos o diferencial em Javé justamente quando ele deve ser entendido como *'ehad* – sua unicidade lhe dá o atributo de ser completamente diferente de outros. Somente Javé, em sua unicidade, foge a regra em permanecer numa postura distante e inalcançável.

A fé cristã olha para a Trindade, e não enxerga nenhuma subordinação porque os três Divinos são co-eternos, co-infinitos e co-iguais. A realidade é que entre eles não há o conceito do antes e o depois, bem como o acima e o abaixo. Devemos, então, atentar

⁷⁵ ALT, Albrecht, org., *Deus no Antigo Testamento*, São Paulo, ASTE, 1981, p 34ss

para o Novo Testamento que nos apresenta as três Pessoas: partindo do Pai, do Filho e do Espírito Santo sempre em relação e em comunhão em um caminhar simultâneo, onde as ações são juntas. É na pericórese⁷⁶, pela interpenetração, cada Pessoa carrega dentro de si as demais. Tal entendimento faz com que os cristãos compreendam um Deus apenas. A ação de cada Pessoa da Trindade representa o mesmo peso de importância e de identidade da parte de cada uma delas. Os cristãos vivem a alegria de um Deus revelado em três Pessoas, sendo três atuações diferentes sem alterar a essência de um único caráter.

Olhemos para a importância na unicidade de Deus. Na compreensão bíblica, a unidade de Deus é concebida não somente como base de seu agir revelador, mas perfeitamente também como seu conteúdo. Na resposta de Javé à pergunta de Moisés por seu nome, remete-se à auto-identificação de Deus por meio de seu agir histórico (Ex 3,14)⁷⁷. É possível assimilar que o amor de Deus se estende para além de Israel a toda a sua criação. Na verdade o Deus de Israel, que é o Deus da criação, permanece presente atemporalmente. A justiça e auto-identidade do Deus que escolhe, demonstra-se por meio de sua fidelidade – não somente por meio de sua eleição de Israel, mas de toda a sua criação. A discussão da onipotência e onipresença de Deus mostrou que o problema ligado a esses conceitos se resolve somente por sua interpretação trinitária. Somente a doutrina da Trindade permite unir a transcendência de Deus como Pai e sua presença entre nós nas criaturas por meio de Filho e Espírito de tal modo que fica preservada a permanente diferenciação entre Deus e criatura⁷⁸.

⁷⁶ Pericórese significa o inter-relacionamento eterno que existe entre os divinos Três. Cada Pessoa vive da outra, com a outra, pela outra e para a outra Pessoa. Elas estão desde sempre entrelaçadas e interpenetradas, de sorte que não podemos pensar nem falar de uma Pessoa, como por exemplo do Pai, sem ter que pensar e falar também do Filho e do Espírito Santo. BOFF, Leonardo, *A Santíssima Trindade é a melhor comunidade*, p. 173. Podemos verificar segundo ELWELL, Walter A., *Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã*, São Paulo: Edições Vida Nova, 1990, p. 143-144, que Pericórese significa a habitação mútua ou melhor, a interpenetração mútua, e se referem ao modo de entender tanto a Trindade quanto a Cristologia. Segundo ainda Elwell, no pensamento trinitariano, “pericórese” era usada na teologia por João de Damasco para descrever o relacionamento íntimo entre as Pessoas da Deidade. Ele continua escrevendo que cada Pessoa tem “existência uma na outra, sem qualquer coalescência (palavras de João de Damasco).

⁷⁷ Na tradução de João Ferreira de Almeida, vemos: “Eu sou o que Sou”; a Bíblia de Jerusalém: “Eu sou aquele que é”. Percebemos que todos usam o verbo “ser” em sua forma simples e no tempo presente, enquanto o autor não usa simplesmente o verbo “ser”, como também o faz Lutero (“Eu serei o que serei”). Podemos verificar segundo PANNENBERG, Wolfhart, *Teologia Sistemática – vol.1*, Santo André: Paulus, Academia Cristã, 2009, p. 596

⁷⁸ PANNENBERG, Wolfhart, *Teologia Sistemática – vol.1*, p. 597

O conceito de eternidade de Deus nos ajuda quando nos perguntamos: “Onde Deus está no tempo?”. Pois a encarnação do Filho torna presente o futuro do Pai e de seu reino para os seres humanos, por meio da Pessoa do Filho. Sem contar a idéia da descida de Cristo ao mundo dos mortos, envolvendo todo o passado, e trazendo-o para o presente dos seres humanos, onde a Pessoa do Filho se faz presente.

O Deus único é insistentemente pronunciado no Novo Testamento, como “único” e “verdadeiro”. No escrito de Paulo, por exemplo, notamos sua ação em resumir para os tessalonicenses o que significa se tornarem cristãos: menciona em primeiro lugar a conversão ao “Deus vivo e verdadeiro” (1Ts 1,9). Para João, a vida eterna consiste em conhecer e glorificar este “único Deus verdadeiro” (Jo 5,44; 17,3). Igualmente, vemos nas cartas aparecerem as expressões “há um só Deus” - “*heis ho Theós*”⁷⁹ e “um único Deus” “*mónos Theós*”⁸⁰. Paulo aos Efésios, entre outros textos e escritores⁸¹, escreve que “Há somente um corpo e um Espírito, como também fostes chamados numa só esperança da vossa vocação; há um só Senhor, uma só fé, um só batismo; um só Deus e Pai de todos, o qual é sobre todos, age por meio de todos e está em todos.” (Ef 4,4-6).

O monoteísmo do Novo Testamento não é uma afirmação neutra, mas uma profissão de fé contra os “muitos deuses e muitos senhores” que existem no mundo (1Co 8,5-6).

2 – Javé é Um Deus *'ehad* como Pai – único Pai

No Deuteronômio (1,31) o autor exemplifica a relação de um homem com seu filho. Javé pega na mão de seu povo para caminhar no deserto, nos caminhos

⁷⁹ Verificar os textos (Rm 3,30; 1Co 8,6; Gl 3,20; Ef 4,6; 1Tm 2,5; Tg 2,19)

⁸⁰ Verificar os textos (Rm 16,17; 1Tm 1,17; 4,15; Jd 25; Ap 15,4)

⁸¹ Verificar os textos (1Pe 1,2; Jd 20-21)

difícultosos. É Javé como Pai pegando na mão de seu povo, seu filho, para atravessar o caminho desértico. A figura paterna é protetora, dando a sensação de segurança e de confiança de que tudo dará certo. Ao mesmo tempo em que é a figura paterna que experimenta as tristes sensações de abandono e ingratidão.

Temos como exemplo no texto do profeta Oséias⁸², quando Israel é visto como um “menino” que não atende o chamado do Pai, mas ao contrário, se distancia em direção a outros deuses que não possuem tal sentimento paterno. O autor descreve o olhar de Deus para com Israel: “quando Israel era [menino]⁸³, eu o amei”. O autor desenha o sentimento que há em um pai, diante das ações dedicadas a um filho pequeno: “eu ensinei a andar a Efraim” (v.3a). Dentro de uma visão clara e prática, ensinar a andar é algo que diz respeito aos pais. Ainda no texto do profeta Oséias, Deus é descrito como Aquele que com amor, alivia e se inclina para dar de comer – sustenta o filho que está abaixo, o filho que olha de baixo para cima a figura do Pai.

O Deus Javé *'ehad* inaugura, ou melhor, inventa a representação paterna entre os seres, se atentarmos para seu conjunto de atribuições de cuidado, prestatividade, misericórdia, graça e amor. A melhor de todas as representações vindas de um Pai nasce no Deus *'ehad*. Daí, encontramos nas Palavras de Jesus o sentimento claro e exemplar de um filho para com seu pai – respeito, amor, confiança, dedicação e dependência. A relação entre Pai e Filho fica cada vez mais clara e consistente, que Jesus se coloca como representante do Pai (Jo 14,9) e isso reforça a compreensão da Trindade, da mesma forma que testemunha as ações do Pai como modelo e inspiração para o Filho (Jo 5,19).

Podemos notar na oração da montanha (Mt 6,9), quando o Pai é invocado como “nosso”, que Jesus nos afirma que o seu Pai é o Pai do povo de Israel, possibilitando uma consciência de que no Deuteronômio – ouve Israel [filho], Javé nosso Deus Javé [nosso Pai] é um. A relação povo-filho com Javé-Pai aparenta como instrução para total fidelidade.

⁸² Verificar Oséias 11,1-4

⁸³ (*nāar*), “menino”, “garoto”

A figura do Pai existe porque existe a figura do Filho. Javé como Pai alimenta a perspectiva do conhecimento do Filho Jesus. Javé poderia ser um Deus Criador sem ser, necessariamente, Pai de alguém. No entanto, para os cristãos, a partir do próprio Cristo e com a experiência da fé, que a comunidade experimenta, a Pessoa paterna confirma a Pessoa Filial de Jesus. Segundo Leonardo Boff, o Pai é a raiz eterna de toda a fraternidade⁸⁴. A família como uma comunidade igualitária existe na raiz do Pai, passando pela experiência e existência do Filho. Para os cristãos existe um Pai porque existe um Filho, e a partir deles a família se unifica onde todos olham para a Pessoa do Pai, inspirados na Pessoa do Filho.

A unicidade do Deus Javé, na Pessoa do Pai perpassa qualquer tentativa sexista em rotular Deus. Ou seja, a figura paterna de Javé não exclui a possibilidade de uma figura maternal. O Profeta bem disse em Isaías 49,15 que há total ausência de insensibilidade da parte de Deus para com seus filhos. Onde ao mesmo tempo, o consolo está presente em Deus (Is 66,13), e isso nos faz lembrar aquilo que é parte da mentalidade hebraica, que misericórdia significa “ter entranhas maternas”. Portanto, a Pessoa do Pai é totalmente suficiente para suprir os anseios da família. O povo de Israel, em nosso texto de Deuteronômio, encontra-se saciado com a presença e as Palavras vindas do Pai.

Ainda na crença cristã, o Pai gera o Filho no Espírito, mostrando no Filho a sua fecundidade. O Santo Espírito é parte da fecundação do Filho, demonstrando total envolvimento de naturezas iguais. O Santo Espírito une Pai e Filho no amor que interpenetra as três divinas Pessoas. Os três estão sempre juntos, tanto que nossa oração é a mesma: “Glória ao Pai, glória ao Filho, glória ao Espírito Santo”.

A idéia é que no Pai todos pertencentes à comunidade familiar, encontram abrigo e proteção. E em tal abrigo não há diversidade. Dentro de um olhar específico, os pobres e humilhados em nossa sociedade, sentem a Deus como Pai e padrinho, pois

⁸⁴ BOFF, Leonardo, *A Santíssima Trindade é a melhor comunidade*, p. 119

ninguém a não ser Deus é por eles. O próprio Jesus, Filho do Pai, fez destes últimos os primeiros destinatários de sua mensagem libertadora. É interessante porque tal adoção cobre todo e qualquer sentimento e rancor humano, quando Deus surge como um Pai que liberta, abraça, entende, cura e salva. Estão todos diante da figura do Pai-herói, que vai de encontro aos órfãos.

De acordo com nosso texto de estudo e com nossa compreensão, o Pai é *'ehad*. Existe apenas “um” Pai, um “único” que não se iguala. A verdade é que se em um pai há autoridade, Javé é o único que possui autoridade – seja por comprovação nos atos, bem como na insuficiência dos concorrentes. Ser Pai é uma questão de autoridade, portanto, a prerrogativa de um Pai não pode ser dividida entre outros.

Jesus é o Filho gerado pelo Pai, e nós somos aqueles que foram adotados por este Pai. O mesmo Pai que gera o Filho único é o Pai que adota os seres humanos, que podem ser chamados por seus filhos. Estamos falando de apenas “um” Pai. Javé assume a responsabilidade em nos abraçar, não permitindo que sejamos filhos desgarrados e levianos quando cremos erroneamente na possível condição de haver outros que possam cumprir o mesmo papel de Javé.

A grande verdade é que Deus como Pai sustenta um único lar. Javé possui a característica de um Pai, um chefe de família que deseja juntar todos os seus filhos em um único “teto”, sob o olhar de apenas uma autoridade. O autor de Deuteronômio quando nos diz: “Ouve ó Israel”, subentende-se que para a mensagem há um destinatário: o povo de Israel, que é a família de Javé. O pai está falando com sua família, e suas palavras são lei. Há uma autoridade na família que nasce no Pai, onde todos os componentes consideram como regra.

Jesus no Evangelho de Mateus termina dizendo que toda a autoridade lhe foi dada (Mt 28,18). Jesus recebe autoridade que vem do Deus-Pai. O Filho delega a autoridade aos seus discípulos, advinda diretamente do Pai. A figura paterna, retratada por Jesus, vem à tona mesmo em um ambiente e contexto onde as práticas judaicas,

fossem religiosas e/ou sociais, já não mais possuíam força e sustentação. O Deus-Pai retratado por Jesus, no Novo Testamento, é o único que tem por direito de ser Deus. Sua identidade paterna, em junção com sua natureza divina, confirmam absoluta autoridade.

3 – Javé é Um Deus *'ehad* como Filho – único Filho gerado

Início este ponto usando as palavras de Atanásio, que formulou como argumento decisivo contra os arianos que *o Pai não seria Pai sem o Filho*. Evidentemente que tal afirmação não carece, conforme entendemos, de uma discussão. As relações entre Eles sempre devem ser vistas como irreversíveis, ou seja, não é uma relação em que se aponte quem antecede quem. A deidade do Pai, na direção e no momento em que o Filho aparece, deve depender de sua relação com o Filho.

A figura do Filho de Deus, Jesus de Nazaré, é a figura do Deus que sofre. Analisando a história de Israel, por meio da trajetória dos profetas, ou até antes disso, por motivo do exílio e do esquecimento que o povo vivenciou contra Javé, podemos dizer que Javé sofreu. Tanto é verdade que o próprio Javé reivindica sua exclusividade – que é parte do nosso tema. Mas em Jesus, Deus incorpora o sofrimento. Ele não mais designa seus profetas, como é o exemplo de Oséias, que é conduzido ao casamento com uma meretriz, a fim de expressar o sentimento que o próprio Deus viveu. Em Jesus, Deus compartilha a natureza humana⁸⁵. Deus, então, reconhece a natureza do homem, não conceitualmente, mas por intermédio de Jesus. O testemunho de Jesus em Jo 2,25 oferece-nos a impressão clara de que é um testemunho do *'ehad*.

Podemos olhar para o nosso texto de Dt 6,4 e interpretá-lo, livremente, sem compromisso exegético gramatical, seguindo as palavras: “Ouve Israel, o Filho nosso Deus o Filho é um”, e é claro que as palavras a serem inculcadas continuamente serão

⁸⁵ Verificar Jo 2,25 (“E não necessitava que lhe dessem testemunho sobre o homem, porque ele conhecia o que havia no homem”).

as do Filho. As palavras pronunciadas em todos os movimentos contínuos da vida – andar, deitar e levantar – são as palavras do Filho contidas nos evangelhos. São as palavras do Filho que estarão como frontal entre os olhos e presentes nas soleiras e nas portas, de maneira que o entrar, sair e passar, sejam acompanhados das palavras do Filho único, unigênito.

A encarnação de Deus no Filho nos traz Javé para mais perto de nós. O “acampar” de Deus entre nós nos anuncia que o *'ehad* está presente. Aquele que o autor de Deuteronomio nos diz ser “um”, veio para demonstrar-nos sua unicidade. Os textos do Novo Testamento nos apresentam vários testemunhos de pessoas que narram Jesus como alguém inigualável. Digamos que sua humanidade [de Jesus] apontasse para sua divindade. Sua compreensão a respeito do Pai, sua subordinação inquestionável, como também sua consciência sobre si mesmo, demonstram quem o Filho é. No batismo, Jesus é confirmado pela voz do Pai, em um encontro de comunhão Triúno com a voz do Pai, com a representação simbólica do Espírito Santo em forma de pomba, tendo como a Pessoa da cena, o Filho, no momento de seu batismo.

A Pessoa do Filho é na verdade a expressão humana do *'ehad* não visualizado. O Deus Javé do Deuteronomio é testificado na forma humana em Jesus. Vemos no Novo Testamento o apóstolo Paulo escrevendo que o Filho é a imagem do Deus invisível (Colossenses 1,15). O povo de Israel que necessitou “ouvir” a mensagem do autor, anunciando que as Palavras de Javé devem ser apreendidas, foi um prenúncio de que estas mesmas Palavras seriam reveladas na Pessoa do Filho que foi revelado. Aliás, o próprio Filho é a Palavra (*logos*), segundo o Evangelho de João (Jo 1,1).

O Filho é por excelência a revelação e a comunicação divina, tanto dentro da Trindade quanto dentro da criação, sendo reconhecido dentro da comunidade. Hoje, distante no tempo daqueles que receberam a mensagem contida no Deuteronomio, podemos dizer que o *'ehad* fora revelado. Digamos que Ele fora desvendado para se assemelhar a nós, para que as mesmas Palavras se aproximassem de nós. Os cristãos na leitura dos evangelhos podem como o povo de Israel, atentar e reconhecer o Deus Javé. As Palavras são as mesmas na reinterpretação de Jesus, o Filho.

O falar de Jesus a respeito do Pai relaciona-se com a mensagem da proximidade de seu reino e do apelo aos homens a subordinar todas as demais preocupações ao iminente advento de Deus, reconhecendo-o, desse modo, como Deus. Tanto que, percebemos na oração de Jesus, quando começa com a prece ao Pai pela santificação de seu nome e pela vinda de seu reino, para que sua vontade se faça na terra, tal como ela acontece de qualquer modo no desconhecimento do céu.

A relação do Filho Jesus com o Pai fica ainda mais evidente na eternidade. O Pai é Pai daquele que é Filho eterno. Jesus como Filho eterno vai de encontro com o Pai que está presente na eternidade. Daí, o Jesus humano se limita em algumas considerações, mas não anula sua posição de Pessoa como Filho, onde continua e se encontra eterno após a ressurreição. Como, porém, a ressurreição de Jesus não confirmou apenas sua mensagem e sua atividade – como se seu conteúdo pudesse ser separado de sua pessoa – mas a Ele mesmo, sua Pessoa, que se tornou ambígua em consequência de sua mensagem, por isso a fundamentação de sua relação filial com o Pai pôde com razão ser retroprojetada ao início de sua existência terrena em geral, a sua concepção e a seu nascimento (Lc 1,32.35).

A mensagem e a história de Jesus contêm a revelação escatológica definitiva do Pai e de sua dedicação amorosa à criação. “Ninguém conhece o Pai senão unicamente o Filho e a quem o Filho o quiser revelar” (Mt 11,27). Se, porém, o Pai é desde a eternidade aquele como o qual foi revelado na relação com Jesus, seu Filho, e por meio dele historicamente, então também, inversamente, o Filho pertence ao Pai desde a eternidade, o Pai não pode ser concebido sem o Filho. Isso significa, por um lado, que o Ressurreto está elevado à eterna comunhão com o Pai. O pertencimento de Jesus como Filho ao eterno Deus, porém, significa, por outro lado, também que o Filho já está ligado com o Pai antes do começo da existência terrena de Jesus e que o próprio pertencimento de Jesus ao Pai remonta também ao tempo antes de seu nascimento terreno⁸⁶.

⁸⁶ Pannenberg cita K. Kuschel (*Gehorsam vor aller Zeit? Der Streit um Christi Ursprung*, 1990). PANNENBERG, Wolfhart, *Teologia Sistemática* – vol.2, p. 515-516

A eternidade é a essência entre o Pai e o Filho. É justamente na ressurreição que os cristãos depositam a equivalência entre Pai e Filho. O Filho veio da parte do Pai e volta para o Pai, portanto, o Filho nos visita de tal forma que nos demonstra que não é daqui. Ele não pertence a nossa realidade – convive e experimenta nossa vida, mas não está atrelado a nós; porém, nós é que somos atraídos por Ele. É justamente na relação de eternidade que encontramos no Filho o mesmo adjetivo de *'ehad*, como percebemos no Pai. A eternidade une o Pai com o Filho, e nos indica que Eles são “um”, “únicos”, que Eles são “um” só Deus para nós.

Os judeus estão convencidos de que o Deus vivo se revelou na história de seu povo, de que Deus falou muitas vezes e de modos diversos por intermédio dos pais e profetas (Hb 1,1). E esse mesmo “Deus dos pais”, o “Deus de Abraão, de Isaac e de Jacó”, é *seu* Deus – Deus de Israel, e que se fez Deus desse povo e esteve agindo com ele ao longo de toda a sua história. Mas os cristãos do Novo Testamento não apenas sabem de Deus pelo ouvir, pela tradição de seu agir no passado do seu povo, mas também experimentam a realidade viva de Deus pelo seu agir novo na história que eles estão vivendo. Deus lhes falou “nos últimos dias” a eles pelo Filho (Hb 1,2), revelando a graça salvadora por meio do Filho. O Filho único lhes falou do Deus a quem ninguém nunca viu (Jo 1,18): ele, a Palavra da vida a quem eles contemplaram com seus olhos, escutaram com seus ouvidos, apalparam com suas mãos (1Jo 1,1-3). No rosto de Cristo brilhou para eles a glória de Deus. É importante lembrarmos que Deus tem faces (no hebraico). Deus tem muitos rostos⁸⁷ (“Não terás outros deuses sobre minhas faces” Ex 20,3), enquanto João Ferreira de Almeida cita “diante de mim”.

Para os crentes do Novo Testamento há, portanto, uma união indissolúvel em saber acerca de Deus, com sua experiência da realidade de Jesus. Isso é expresso por inúmeras fórmulas em que Deus e Jesus Cristo aparecem juntos: a conversão ao Deus vivo e verdadeiro acompanha a espera da volta de seu Filho (1Ts 1,9-10); a salvação, a

⁸⁷ Segundo Milton Schwantes, em uma das aulas no programa de pós-graduação na Universidade Metodista de São Paulo, as faces de Deus equivalem a muitos rostos, ou seja, muitos buracos (cada “buraco” é um rosto: olhos, nariz, ouvido, etc). Afirma ainda que para falar de Deus é necessário usar a linguagem do paganismo, sendo uma forma melhor para Deus ser retratado em sua expressão.

vida eterna, consiste na “comunhão” com o Pai e com o Filho concomitantemente (1Jo 1,3), no “conhecimento” do Deus verdadeiro e quem Ele enviou (Jo 17,3). Estas duas realidades aparecem não apenas justapostas. Sua união é tão estreita para a experiência da fé cristã que o abandono de uma também exclui a outra: negar o Filho é negar o Pai (1Jo 2,23). Por isso, os líderes judeus que rejeitam Jesus, embora se prevaleçam do Deus de seus pais, de fato não o conhecem⁸⁸.

Para a Igreja Primitiva, a experiência de Jesus traduz a realidade da relação possível com o Pai. Essa experiência, que é o centro de sua vida, é o lugar de seu encontro com Deus. Jesus é para a Igreja Primitiva o Sacramento vivo de Deus, uma auto-revelação por graça de Deus em Jesus Cristo⁸⁹. Javé estende sua graça aos homens no momento em que Ele se apresenta diante de todo olho que O vê em Jesus Cristo. Vemos o exemplo do apóstolo Filipe, no Evangelho de João (Jo 14,8-11), onde o convite é para um andar de fé, enxergando o Pai no Filho.

A confissão do Deus único atravessa todo o Novo Testamento, como parte de sua mensagem essencial. O texto nos mostra o próprio Jesus, quando responde a respeito do mandamento mais importante, repete a confissão judaica, com sua fé monoteísta (Mc 12,28s)⁹⁰.

O Salvador do povo eleito, no Antigo Testamento, é ao mesmo tempo o Criador do mundo. O Novo Testamento não começa pelo nascimento de Jesus, mas prefere regredir até o Deus e Criador. Este Deus, obviamente, é o mesmíssimo nos dois Testamentos. O que foi dito em Gn 1-11 sobre o relacionamento entre Deus e a humanidade continua valendo também depois do advento do Cristo⁹¹.

A fé no Deus de Israel, que é o Deus que liberta e salva, pode ser medida da mesma forma que a fé em Jesus no Novo Testamento, que possui a comunidade como

⁸⁸ Verificar o texto no evangelho de João 8,42.54-55

⁸⁹ MUÑOZ, Ronaldo, *O Deus dos cristãos*, Petrópolis: Vozes, 1986, p. 226

⁹⁰ Conferir Dt 4,35, bem como o nosso texto base da dissertação Dt 6,4

⁹¹ WESTERMANN, Claus, *Fundamentos da Teologia do Antigo Testamento*, Santo André: Academia Cristã, 2005, p. 235-236

povo de fé. Tanto o povo de Israel quanto a comunidade do Novo Testamento se distinguem na convicção de quem eles crêem, mas nós hoje sabemos que o Deus que ambos crêem é *'ehad*. Portanto, o Filho é aquele a quem muitos buscam com a fé necessária para um Deus. O Pai e o Filho repartem a mesma fé do povo durante toda a história da humanidade.

No contexto da caminhada de Jesus, aqueles que compreendiam e aceitavam sua mensagem, compreendiam a presença do reino de Deus mediante a mensagem do juízo final. A mensagem de Jesus, portanto, é escatológica. Pois, o tempo de sua presença é tempo escatológico de alegria entre seus discípulos (Mc 2,19). A participação da comunhão da ceia se torna a antecipação da ceia escatológica da alegria no reino de Deus.

4 – Javé é Um Deus *'ehad* como Espírito – único Espírito Santo de Deus

O Espírito Santo se responsabiliza pela união das Pessoas divinas. O Espírito atua como o impulsionador das ações do Deus *'ehad*. A relação do Espírito de Deus com o Filho é o de atualizador da memória de Jesus, nunca permitindo que as Palavras de Jesus permaneçam mortas, mas que sempre sejam relidas, ganhando novas significações e implementando novas práticas. Notamos uma ação única e particular, não havendo outros que cruzem essa relação – um Espírito único agindo com um Filho único. Na verdade, estamos falando de um Espírito que promove unidade na comunidade. Dentro da compreensão cristã, Ele é o único que nos visita e nos sustenta (1Co 12,13), nos conciliando com Deus e permitindo total comunhão entre nós – homens e Deus.

O Espírito Santo é por excelência a união entre as Pessoas divinas; é a Pessoa que revela para nós mais claramente a inter-relação eterna e essencial entre os divinos

Três. Sua capacidade está ligada a sua identidade. Ele é a força do novo e da renovação de todas as coisas: cria ordem na criação, faz surgir o novo Adão no seio de Maria, impulsiona Jesus para a evangelização, ressuscita o crucificado dos mortos, antecipa a humanidade nova na Igreja e nos traz, no final, o novo céu e a nova terra⁹².

Podemos perguntar: como se relaciona o Espírito Santo, terceira Pessoa divina, com o Pai e o Filho? O Novo Testamento oferece dois dados: por um lado diz que Jesus enviá-lo-á da parte do Pai (Jo 15,26), por outro diz que o Espírito procede do Pai (Jo 15,26). O Pai pronuncia sua Palavra (Filho) e junto com ela sai simultaneamente o sopro (Espírito Santo). Embora a fonte seja a mesma (o Pai), Palavra e Sopro são distintos. Há também duas maneiras distintas de ambos procederem do Pai, o que faz com que o Pai não tenha dois filhos, mas um Filho Unigênito e um só Espírito⁹³.

Os latinos partem da natureza divina única e a mesma em cada uma das Pessoas⁹⁴. Eles afirmam que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho (*Filioque*), como de um só princípio. É Deus com os latinos! Até neste ponto nossos irmãos latinos demonstram sensibilidade bíblica. É necessário compreender e insistir no fato de que as três divinas Pessoas são consubstanciais, ou seja, têm juntas a mesma natureza.

A maioria das referências do Antigo Testamento à Terceira Pessoa da Trindade consiste nos dois nomes: Espírito e Deus. Não se evidencia, com essa construção, que exista uma pessoa distinta. A expressão “Espírito de Deus” bem poderia ser compreendida como uma simples referência à vontade, mente ou atividade de Deus. Existem, contudo, alguns casos em que o Novo Testamento deixa claro que uma referência do Antigo Testamento ao “Espírito de Deus” é uma referência ao Espírito Santo. Uma das mais proeminentes dessas passagens do Novo Testamento é Atos 2,16-21, na qual Pedro explica que o que está acontecendo no Pentecostes é o cumprimento

⁹² BOFF, Leonardo, *A Santíssima Trindade é a melhor comunidade*, p. 119

⁹³ BOFF, Leonardo, *A Santíssima Trindade é a melhor comunidade*, p. 121

⁹⁴ BOFF, Leonardo, *A Santíssima Trindade é a melhor comunidade*, p. 121

da profecia de Joel: “derramarei o meu Espírito sobre toda carne” (2,28). O “Espírito de Deus” do Antigo Testamento é sinônimo de Espírito Santo⁹⁵.

O Espírito se revela Deus único quando observamos suas áreas de atuação. Notamos, por exemplo, a transmissão das profecias e da Escritura. Os profetas do Antigo Testamento testificavam que seus pronunciamentos e escritos provinham do fato de o Espírito Santo ter vindo sobre eles. Ezequiel oferece o exemplo mais claro: “Então, entrou em mim o Espírito quando falava comigo, e me pôs em pé, e ouvi o que me falava” (Ez 2,2; cf. 8,3; 11,1.24; veja também 2Pe 1,21). Na verdade, percebemos tanto no Antigo Testamento quanto no Novo Testamento, principalmente, atuações do Espírito de Deus que corroboram com as atribuições do *'ehad* conhecido no Deuteronômio.

Entre os mais básicos dos atributos de grandeza de Deus está o fato de que Ele é Espírito; ou seja, Ele não é composto de matéria e não possui uma natureza física. Isso é afirmado com maior clareza por Jesus em João 4,24: “Deus é espírito; e importa que os seus adoradores o adorem em espírito e em verdade”. Bem como está implícito em várias referências à sua invisibilidade⁹⁶.

O Espírito Santo é o ponto em que a Trindade torna-se pessoal para o que crê. Em geral, pensamos no Pai como alguém transcendente e bem distante, no céu; de forma semelhante, o Filho parece muito distante na história e, portanto, relativamente incognoscível. Mas o Espírito Santo é a Pessoa dentro da vida dos que crêem; Ele reside dentro daquele que crê. O Espírito Santo é a Pessoa específica da Trindade por meio de quem toda a Divindade Triúna atua em nós.

Tal unicidade nas três Pessoas reforça nosso entendimento em favor da coerência que há em Deus. O conjunto das três Pessoas em sua intra-interação nos alimenta em relação ao sentimento proposto pelo autor deuteronomista. Primeiro reconhecemos a distinção entre o nosso espírito e o de Deus (1Co 2,11). Em seguida

⁹⁵ ERICKSON, Millard J., *Introdução à Teologia Sistemática*, p. 352

⁹⁶ Verificar Jo 1,18; 1Tm 1,17; 6,15-16

Deus nos encontra com seu Espírito, para que o identificássemos, e por meio dele [do Espírito] discerníssemos o que se relaciona ao Deus Javé, o *'ehad* (1Co 2,12-13). A proposta é reconhecê-lo como único e amá-lo de todo o coração e alma. Não há como alimentar nenhuma atitude de reconhecimento e um sentimento de amor, se não houver uma compreensão de que o Espírito de Deus encontra o espírito do homem. Digamos que a compreensão e o sentimento andam juntos, e faz-se necessário a junção do interior do homem com o Espírito de Deus, que lê e interage com homem, na dimensão espiritual – não como nos unirmos a Deus sem uma experiência espiritual, ainda que a razão muito nos auxilie.

Devemos notar que as várias referências ao Espírito Santo são intercambiáveis com referências a Deus. Um exemplo é no Novo Testamento no livro de Atos dos Apóstolos (At 5) quando Ananias e Safira se defrontam com a sentença de que mentiram ao Espírito Santo (v.3), e no versículo seguinte a afirmação: “Não mentiste aos homens, mas a Deus”. Parece que, na mente de Pedro, “mentir ao Espírito Santo” e “mentir a Deus” eram expressões intercambiáveis. Bem como Paulo se pronuncia (1Co 3,16), quando escreve: “Não sabeis que sois santuário de Deus e que o Espírito de Deus habita em vós?”. A indicação é que para Paulo, ser habitado pelo Espírito Santo é ser habitado por Deus, quando iguala a frase “santuário de Deus” com a frase “santuário do Espírito Santo”, sendo claro que o Espírito Santo é Deus. Com tal pensamento, voltamos ao raciocínio de que há uma comunidade divina que se unifica em sua natureza, e se faz representar nas diversas situações – o Pai no contexto do Primeiro Testamento, o Filho como protagonista no Segundo Testamento, e o Espírito Santo como “outro”⁹⁷ *paraklétos*⁹⁸.

Ainda outro atributo do Espírito que o equipara ao Pai e ao Filho é sua eternidade. Além de possuir qualidades divinas, o Espírito Santo realiza certas obras que costumam ser atribuídas a Deus. Ele atuou e continua atuando na criação, tanto em sua origem com em sua manutenção e direção providencial. Podemos confirmar com o

⁹⁷ Verificar Jo 14,16 (“*allós*”), onde significa “outro” da mesma qualidade.

⁹⁸ Ainda em Jo 14,16 (“defensor”, “advogado”, “consolador”, “intercessor”, “valedor” – a pessoa que ajuda uma outra com sua influência ou poder. Jesus diz “outro”, em seu lugar ao partir)

salmista: “Envias o teu Espírito, eles [todas as partes da criação previamente enumeradas] são criados, e, assim, renovas a face da terra” (Sl 104,30).

No texto do profeta Isaías (48,16), aquele que fala (aparentemente o servo do Senhor) diz: “Agora, o Senhor Deus me enviou a mim e o seu Espírito”. Aqui o Espírito do Senhor, como o servo do Senhor, foi “enviado” pelo Senhor Deus para uma missão particular. O paralelismo entre os dois objetos de enviar (“mim” e “o seu Espírito”) é compatível com a interpretação de que são pessoas distintas: parece significar mais do que meramente “o Senhor enviou a mim e o seu poder⁹⁹”. De fato, do ponto de vista do Novo Testamento (que reconhece Jesus, o Messias, como o verdadeiro Servo do Senhor predito nas profecias de Isaías), Isaías 48,16 carrega implicações trinitárias: “Agora, o Senhor Deus me enviou a mim e o seu Espírito”, se dito por Jesus, o Filho de Deus, menciona as três Pessoas da Trindade.

Em suma, percebemos por varias situações o texto bíblico no Novo Testamento indicando a natureza trinitária. Os autores do Novo Testamento geralmente usam o nome “Deus” (grego *theos*) para se referir a Deus Pai e o nome “Senhor” (grego *Kyrios*) para se referir a Deus Filho, fica claro que há outro termo trinitário em 1Co 12,4-6: “Ora, os dons são diversos, mas o *Espírito* é o mesmo. E também há diversidade nos serviços, mas o *Senhor* é o mesmo. E há diversidade nas realizações, mas o mesmo *Deus* é quem opera tudo em todos”. Igualmente, o último trecho da segunda carta aos Coríntios é trinitário na sua expressão: “A graça do *Senhor Jesus Cristo*, o amor de *Deus*, e a comunhão do *Espírito Santo* sejam com todos vós” (2Co 13,13). Verificamos também as três Pessoas mencionadas separadamente em Efésios 4,4-6: “Há somente um corpo e um *Espírito*, como também fostes chamados numa só esperança da vossa vocação; há um só *Senhor*, uma só fé, um só batismo; um só *Deus e Pai* de todos, o qual é sobre todos, age por meio de todos e está em todos”.

⁹⁹ A tradução da Imprensa Bíblica Brasileira, “juntamente com o seu Espírito”, não é exigida pelo texto hebraico e tende a obscurecer as idéias paralelas de o Senhor estar enviando “a mim” e “o seu Espírito”. A locução *juntamente com* é a interpretação que os tradutores dão à conjunção hebraica *w^c*, que normalmente significa apenas “e”. A palavra hebraica que normalmente exprime “com” (*□im*) não aparece no texto.

Deus é especialmente ativo nas forças históricas e nas atividades humanas que operam em favor do seu reino na terra. Nestas atividades não há distinção entre o próprio Deus e o seu Espírito. Homens de fé oram e trabalham em harmonia com o propósito de Deus. Vemos, por exemplo, o salmista: “Ensina-me a fazer a tua vontade, porque tu és o meu Deus; Guie-me o teu bom Espírito na vereda de retidão” (Sl 143,10). O Espírito trabalha na vida e na obra do seu Ungido:

“Repousará sobre ele o Espírito do Senhor,
o espírito de sabedoria e de entendimento,
o espírito de conselho e de fortaleza,
o espírito de conhecimento e de temor do Senhor” (Is 11,2).

E na mesma idéia continua:

“Eis o meu servo a quem sustento;
O meu escolhido no qual a minha alma se agrada.
Tenho posto sobre ele o meu Espírito,
Ele trará justiça às nações” (Is 42,1)

É o Espírito do Senhor em atividade e em favor do povo, de forma que a justiça venha sobre todos. A justiça vem de Deus, e tão somente Ele age em favor dela – o *'ehad* em favor de sua causa, digamos que o interesse é de “um” só. O Espírito do Senhor é o próprio Senhor em atividade.

Não há, porém, no Antigo Testamento, o desenvolvimento do conceito da personalidade distintiva do Espírito do Senhor. Mas através da história de Israel, o Espírito do Senhor limitava as suas atividades cada vez mais à esfera ética, e na época dos grandes profetas, põe em relevo a santidade e a justiça absoluta de Deus. Há, também, alguns trechos que indicam a tendência de pensar no Espírito de Deus como

Pessoa. “É a promessa do meu concerto convosco quando saístes do Egito, o meu Espírito está habitando entre vós, não temais” (Ageu 2,5).

Conclusão

Nossa intenção maior foi passar pelo texto de Dt 6,4-9, na tentativa de compreender sua mensagem. Focalizamos o Deus *'ehad*, tema esse que é de bastante interesse e, ao mesmo tempo, de maior extensão. O Deus “único” foi o nosso desafio. Fomos incentivados a buscar uma leitura cristã, ainda que situada no Novo Testamento, mas que em nossa compreensão está interligada com o Deus no Antigo Testamento. A Trindade é um tema que não se deve fugir, principalmente quando nossa intenção é confirmar a presença divina do Filho, do Espírito, em conjunto com o Pai.

O ponto de importância é a realidade do Deus Javé que é “um” *'ehad*, mas que fala e comunica ao seu povo que é comunidade. Não compreendemos “um” Deus que vive em função de sua comunidade, sendo Ele um ser isolado. Nossa impressão se deu no fato de que sendo o homem imagem e semelhança de Deus, e esse homem é comunitário, Deus, portanto, se mostra comunitário. A comunidade divina é a Trindade, onde tudo se inicia. Bem possivelmente que o povo que recebe a mensagem anunciada – “Ouve Israel, Javé nosso Deus Javé é um”, caminhou a partir de então com os olhos voltados apenas para “um” Deus, sem a concepção clara das suas Pessoas. Até porque a intenção divina é desviar o olhar do povo para outras deidades. Mas para nós hoje, a real concepção se torna comprovada com a vinda do Messias vindo da parte de Deus, e da relação dinâmica do Espírito com o indivíduo e a comunidade. O *Immanuel* é Deus conosco. É o ato histórico e permanente de quando Deus veio a nós, repousando e acampando ao nosso lado, em nosso redor. Deus veio compartilhar a vida humana com aqueles que são sua imagem e semelhança, porém, na forma de imagem e semelhança com os homens. Diante do *Immanuel*, entendemos que o Deus Javé na poderia se restringir a um estado indivisível.

Com a visita do Messias, Deus se apresenta a nós como família. E como família, dispomo-nos e nos submetemos às Palavras que Deus nos oferece. É, sem dúvida, o

ambiente familiar que nos chama a atenção em nosso texto de estudo, fazendo-nos pensar que o *'ehad* é o Deus comunitário, ainda que único. Voltando à nossa tradução do texto (v.7s) que nos cercou:

e inculcarás continuamente aos filhos teus

e falarás delas sentado em tua casa

e andando em teu caminho

e deitando-te e levantando-te

Da mesma forma que propomos uma ligação entre a comunhão familiar e a comunhão trinitária, onde cada um promove unidade e se assemelha de tal forma, chegando a se identificarem, propomos também que na unidade entre homem e mulher, o homem¹⁰⁰ um como ser inteiro foi criado à imagem e semelhança de Deus. Há um paralelismo em Gn 1,27 quando lemos “homem e mulher os criou” em relação ao homem e mulher estarem naturalmente criados dentro do mesmo sentido ou natureza. Tal pensamento nos leva a crer que a imagem de Deus consiste em uma unidade pluralizada. Considerando, igualmente Gn 2,24 quando homem e mulher tornam-se *'ehad* – contemplamos aqui uma união de duas pessoas (duas carnes, no termo bíblico) que se distinguem, mas que se unificam. Tal definição nos leva a comparar o texto no deuteronomio (Dt 6,4 – “*xemá*”) com Gn 2,24.

Entendemos que o Deus cristão é mantido da mesma forma que foi apresentado no termo *'ehad*. A exigência feita no Deuteronomio 6,4-9 em relação à fidelidade e ao amor a Deus dedicado permanece ainda hoje refletindo sobre as três Pessoas divinas, juntamente. A tarefa de passar as Palavras de Javé aos filhos, aproveitando todas as circunstâncias da vida – a Palavra de Javé em conjunto com o movimento do homem, ou seja, a Palavra de Javé acompanhando o movimento da família permanece ainda hoje com a participação da divina Trindade. A Trindade se movimenta em comunhão com a família – os pais e os filhos em torno da Palavra de Deus, durante todo o tempo. Da

¹⁰⁰ (*adam*) – (“designação de espécie humana”, “o(s) ser(es) humano(s)”, “humanidade”, “o homem como indivíduo”), conforme Gn 1,27. “*adam*” é destinado ao macho e fêmea.

mesma forma, a missão de expor a Palavra nos lugares visíveis da casa, de tal forma que, para quem passa, possa notar a presença do Deus Javé, continua ainda hoje quando a presença do Espírito se faz notória, quando Cristo que é a Palavra revelada se faz Senhor da vida familiar, e quando o Pai, a quem Cristo se dirige como Filho, é amado pelos homens, em nosso caso, pela família.

A verdadeira lei está no amor dedicado ao Deus *'ehad*. A relação entre Deus e a lei é sustentada por Ele ser único. Os homens têm posse de Deus – “Javé nosso Deus” v.1, e a lei é desvendada na medida em que se observa o como manter-se fiel diante daquilo que possui.

Nossa intenção é resgatar o texto de Deuteronômio 6,4-9, trazendo-o para o nosso meio, e observando sua eficácia para o nosso povo. A experiência do povo de Israel foi em um período pós-exílico, quando estão todos retornando à Jerusalém afim de reconstruir sua imagem, identidade, e devoção. Nossa gente hoje vive momentos de exílio quando se encontram nas mãos de quem não possui o Deus trinitário como *'ehad*. Portanto, sua luta é de caminhar na direção onde existe a possibilidade de reconstruir suas vidas. Essa reconstrução diária irá exigir ouvidos bem abertos para que haja entendimento de que existe apenas “um” Deus, e que esse Deus na Pessoa do Pai, do Filho, e do Espírito Santo, é o que recebe nossa fidelidade, amor, e que o delegamos aos nossos filhos, para que a liberdade sempre seja possível.

Bibliografia

- ALMADA, Samuel, Aprendizaje y memoria para vivir la comunidad – enfoques en Deuteronomio. In *Revista de Interpretacion Biblica Latinoamericana (RIBLA)*, n°. 59, Quito: RECU, 2008, 112 p.
- ALONSO SCHÖKEL, Luis, *Dicionário Bíblico Hebraico-Português*, São Paulo: Paulus, 1920, 798 p.
- ALT, Albrecht, *Terra Prometida – ensaios sobre a história do povo de Israel*, São Leopoldo: Sinodal, 1987, 236 p.
- BAROLÍN, Darío, Libertação e aliança – O lugar narrativo da aliança do Sinai (Êxodo 19-24). In *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana (RIBLA)*, n° 61, Quito: RECU, 2008, 152 p.
- BENTZEN, Aage, *Introdução ao Antigo Testamento*, vol. 1 e 2, São Paulo: ASTE, 1968, 333 p., 330 p.
- BÍBLIA de Jerusalém, nova edição, revista e ampliada, 4ª edição, São Paulo: Paulus, 2006, 2206 p.
- BÍBLIA Hebraica Stuttgartensia, Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 5ª. edição, 1997, 1574 p.
- BÍBLIA Sagrada, versão revisada da tradução de João Ferreira de Almeida, 1ª. impressão, Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 1986, 1027 p.
- BOFF, Leonardo, *A Santíssima Trindade é a melhor comunidade*, 9ª. edição, Petrópolis: Vozes, 2004, 183 p.
- BOTTERWECK, G. Johannes, RINGGREN, Helmer, *Theological Dictionary of the Old Testament – vol.1e 2*, Michigan: William B.Eerdmans Publishing Company, 1977, 1.031 p., 568 p.
- BRENNER, Athalya (org.), *De Êxodo a Deuteronomio: a partir de uma leitura de gênero*, São Paulo: Paulinas, 2000, 300 p.

- BRIGHT, John, *Historia de Israel*, 5ª edição, São Paulo: Paulus, 1980, 692 p.
- CARRIÈRE, Jean-Marie, *O Livro do Deuterônômio: escolher a vida*, São Paulo: Loyola, 2005, 132 p.
- CHÁVEZ, Moisés, La educación y la vida en el Antiguo Testamento. In *Caminos*, n° 50, 1995, p.22.
- CHOURAQUI, André, *A Bíblia: palavras (Deuterônômio)*, Rio de Janeiro: Imago, 1997, 370 p.
- CLEMENTS, R. E., *O Mundo do Antigo Israel: perspectivas sociológicas, antropológicas e políticas*, São Paulo: Paulus, 1995, 416 p.
- CROATO, J. Severino, La relectura del nombre de Yahvé – reflexiones hermenéuticas sobre Ex 3,1-15 y 6,2-13. In *Revista de Interpretacion Biblica Latinoamericana (RIBLA)*, n° 4, Quito: RECU, 2001, 98 p.
- CRÜSEMANN, Frank, *A Torá*, São Paulo, Vozes, 2002, 599 p.
- CRÜSEMANN, Frank, *Preservação da Liberdade – O Decálogo numa perspectiva histórico-social*. São Leopoldo: Sinodal/EST/Cebi, 2006, 85 p.
- CUNLIFFE-JONES, H., *Deuteronomio: introduccion y comentario*, Buenos Aires: Aurora, La, 1960, 238 p.
- DICIONÁRIO *Hebraico-Português e Aramaico-Português*, 11ª edição, Petrópolis: Vozes, 2000, 305 p.
- DONNER, Herbert, *História de Israel e dos povos vizinhos*, volume 1, dos primórdios até a formação do estado, 3ª edição, São Leopoldo: Sinodal, 2004, 268 p.
- DREHER, Carlos A. As tradições do êxodo e do Sinai. In *Estudos Bíblicos*, n° 16, Petrópolis: Vozes, 1996, 84 p.
- DRIVER, Samuel Rolles, *A critical and exegetical commentary on Deuteronomy*, New York: Charles Scribner's Sons, 1916, 434 p.
- ELWELL, Walter A., *Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã*, vol. III, São Paulo: Edições Vida Nova, 1990, 674 p.
- ERICKSON, Millard J., *Introdução à Teologia Sistemática*, São Paulo: Edições Vida Nova, 1997, 540 p.

- FOHRER, Georg, *Estruturas Teológicas Fundamentais do Antigo Testamento*, São Paulo: Paulinas, 1982, 389 p.
- FOHRER, Georg, *História da Religião de Israel*, São Paulo: Paulinas, 1983, 513 p.
- FRETHEIM, Terence E., *Deuteronomic history*, Nashville: Abingdon Press, 1989, 160 p.
- GERSTENBERGER, Erhard S. org., *Deus no Antigo Testamento*, São Paulo: ASTE, 1981, 430 p.
- GERSTENBERGER, Erhard S., Os dez e os outros mandamentos de Deus. In *Estudos Bíblicos*, nº 51, 1996, 70 p.
- GERSTENBERGER, Erhard S., *Teologias no Antigo Testamento*, São Leopoldo: Sinodal, 2007, 388 p.
- GOTTWALD, Norman K., *Introdução Socioliterária à Bíblia Hebraica*, São Paulo: Paulus, 1.988, 639 p.
- GOTTWALD, Norman K., *As Tribos de Iahweh*, São Paulo: Paulinas, 1986, 930 p.
- GRUDEM, Wayne, *Teologia Sistemática*, São Paulo: Vida Nova, 1999, 1046 p.
- GRUEN, Wolfgang, O Decálogo segundo Ex 20,1-17. Texto e observações. In *Estudos Bíblicos*, nº 9, 1987, 76 p.
- GUNNEWEG, Antonius H.J., *História de Israel*, São Paulo: Editora Teológica/Loyola, 2005, 391 p.
- HEIMER, Haroldo e SILVA, Valmor orgs., *Libertação – Liberdade Novos Olhares*, Goiânia: ABIB/Oikos/Editora UCG, 2008, 275 p.
- JENNI, Ernst e WESTERMANN, Claus, *Diccionario Teologico Manual del Antiguo Testamento*, vol. 1 e 2, Madrid: Ediciones Cristiandad, 1978, 1274p . 729 p.
- KELLEY, P. H., *Hebraico Bíblico – Uma Gramática Introdutória*. São Leopoldo: Sinodal e IEPG, 1998, 452 p.
- KRAMER, Pedro, *Origem e Legislação do Deuteronomio – programa de uma sociedade sem empobrecidos e excluídos*, São Paulo: Paulinas, 2006, 191 p.
- LIVINGSTON, George H., *Comentário bíblico Beacon: Gênesis a Deuteronomio*, Rio de Janeiro: CPAD, 2009, 509 p.

- LÓ, Rita de Cácia, Aliança no Êxodo. In *Estudos Bíblicos*, nº 90, Petrópolis: Vozes, 2006, 69 p.
- LOHFINK, Norbert, *Grandes Manchetes de ontem e hoje*, São Paulo: Edições Paulinas, 1984, 301 p.
- LOHFINK, Norbert, *Theology of The Pentateuch: themes of the priestly narrative and deuteronomy*, Minneapolis: Fortress, 1998, 314 p.
- LOPEZ, Félix Garcia, *O Deuteronomio – uma lei pregada coleção cadernos bíblicos*, São Paulo: Edições Paulinas, 1992, 87 p.
- MESTERS, Carlos, O Livro da Aliança na vida do povo de Deus – Êxodo 19-24. In *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana (RIBLA)*, nº 23, Quito: RECU, 1996, 200 p.
- MESTERS, Carlos, Os Dez Mandamentos – ferramenta da Comunidade. In *Estudos Bíblicos*, nº 9, Petrópolis: Vozes, 1987, 76 p.
- MUÑOZ, Ronaldo, *O Deus dos Cristãos*, Petrópolis: Vozes, 1986, 243 p.
- NAKANOSE, Shigeyuki, Para entender o livro do Deuteronomio – Uma lei a favor da vida? In *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana (RIBLA)*, nº 23, Quito: RECU, 1996, 200 p.
- NOTH, Martin, *O Deuteronomista*, Fortaleza: Editora Nova Jerusalém, 1993, 266 p.
- OLIVEIRA, Benjamim C., O Decálogo. Palavras de uma aliança. In *Estudos Bíblicos*, nº 9, 1987, 76 p.
- PANNENBERG, Wolfhart, *Teologia Sistemática – vol. 1 e 2*, Santo André: Paulus, Academia Cristã, 2009, 636 p., 685 p.
- RAD, Gerhard von, *Teologia do Antigo Testamento*, vol. 1 e 2, São Paulo: ASTE - Associação de Seminários Teológicos Evangélicos, 1986, 901 p.
- RAD, Gerhard Von, *The Old Testament Library*, Philadelphia: The Westminster Press, 1966, 211 p.
- RENDTORFF, Rolf, *Antigo Testamento – uma introdução*, Santo André: Academia Cristã, 2009, 505 p.
- RUSCONI, Carlo, *Dicionário do Grego do Novo Testamento*, 2ª. edição, São Paulo: Paulus, 2005, 540 p.

- SÁNCHEZ, Edesio, *Comentario Bíblico Iberoamericano – Deuteronomio*, Buenos Aires: Kairos Ediciones, 2002, 512 p.
- SCHMIDT, Werner H., *A fé do Antigo Testamento*, São Leopoldo: Sinodal, 2004, 562 p.
- SCHMIDT, Werner H., *Introdução ao Antigo Testamento*, 4ª edição, São Leopoldo: Sinodal, 2009, 395 p.
- SCHWANTES, Milton, *Breve História de Israel*, São Leopoldo: Oikos, 2008, 94 p.
- SCHWANTES, Milton, *História de Israel, local e origem*, volume 1, 3ª edição ampliada, São Leopoldo: Oikos, 2008, 141 p.
- SCHWANTES, Milton, O Êxodo como Evento Exemplar. In *Estudos Bíblicos*, nº 16, Petrópolis: Vozes, 1996, 84 p.
- SCHWANTES, Milton, *Teologia do Antigo Testamento – anotações*, vol. 1 e 2, São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 1986, 131 p.
- SILVA, Airton J., Leis de vida e leis de morte. Os dez mandamentos e seu contexto social. In *Estudos Bíblicos*, nº 9, Petrópolis: Vozes, 1987, 76 p.
- SILVA, Airton J., O Contexto da Obra Histórica Deuteronomista. In *Estudos Bíblicos*, nº 88, Petrópolis: Vozes, 2005, 101 p.
- SIQUEIRA, Tércio M. O evangelho do Antigo Testamento. In *Estudos Bíblicos*, nº 51, Petrópolis: Vozes, 1996, 23-31 p.
- SMITH, Mark S., *O Memorial de Deus – história, memória e a experiência do divino no Antigo Israel*, São Paulo: Paulus, 2006, 264 p.
- SMITH, Ralph L., *Teologia do Antigo Testamento*, São Paulo: Vida Nova, 2005, 444 p.
- SWETNAM, James, Gramática do Grego do Novo Testamento, vol. 1 e 2, 2ª. edição, São Paulo: Paulus, 2004, 451p. 334 p.
- THOMPSON, J.A., *Deuteronomio: introdução e comentário*, São Paulo: Vida Nova, 1982, 306 p.
- VAUX, R. de, *Instituições de Israel no Antigo Testamento*. São Paulo: Editora Teológica, 2003, 622 p.

WEINFELD, Moshe, *Deuteronomy and the Deuteronomic School*, Oxford: Clarendon, 1972, 467 p.

WESTERMANN, Claus, *Fundamentos da Teologia do Antigo Testamento*, Santo André: Academia Cristã, 2005, 279 p.